

FERNANDO JOSÉ TAQUES

Movimento GLBT em Santa Catarina:
A Questão do Empoderamento

FLORIANÓPOLIS

2007

FERNANDO JOSÉ TAQUES

Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia, orientada pela professora Doutora Lígia Helena Hahn Lüchmann do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos representantes das ONGs, objeto de estudo neste trabalho, que se predispuseram a conceder as entrevistas. Pelo tempo e disposição em auxiliar-me neste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a CAPES, que através da bolsa de pesquisa pude realizar este trabalho dentro de um prazo satisfatório.

Agradeço a UFSC, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política que sempre me apoiaram tanto para a apresentação de trabalhos em Seminários e Congressos bem como custearam as viagens de campo que fiz pelo interior do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado à orientadora deste trabalho, professora doutora Lígia Helena Hahn Lüchmann. Sempre paciente, aberta para o novo e ao mesmo tempo disposta a orientar e encaminhar o trabalho e o acadêmico por caminhos seguros.

Muito obrigado aos membros do NIGS, em especial a professora doutora Miriam Pillar Grossi, que me convidaram para participar de seus encontros extremamente enriquecedores acerca de estudos concernentes às sexualidades.

Obrigado aos membros do NPMS, e em especial a sua coordenadora, professora doutora Ilse Scherer-Warren. O NPMS tornou-se o espaço onde passei boa parte dos meus últimos quatro anos, espaço de trocas de idéias e alcance de recursos para a feitura deste trabalho.

Muito obrigado a minha família que me apóia tanto nos estudos como na vida. Sem eles eu não existo.

Obrigado às minhas amigas e meus amigos: Priscila, Viviani, Maria Lígia, Amana, Fernanda, Valdete, Samira, Silvana e Danielle. Obrigado aos amigos Rafael, Daniel, Gabriel, Diego e Márcio. Cada qual, um pedaço de mim.

Muito obrigado às secretárias do PPGSP, Albertina e Fátima, as quais, tantas vezes eu importunei. Também quero lembrar a funcionária Vanda que por 6 anos à fio me recebeu com um sorriso quando dos almoços no Restaurante Universitário.

Por fim, agradeço a Deus, sem mais delongas.

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado é analisar o movimento GLBT (Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) do Estado de Santa Catarina, através da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para as “questões GLBTs”, ou seja, questões relacionadas às lutas e investidas contra as diferentes formas de discriminação e pela conquista de direitos. De maneira geral, o objetivo do trabalho foi avaliar em que medida as ONGs pesquisadas vêm ampliando e fortalecendo as ações de empoderamento, focando os objetivos, as práticas e as relações que estas organizações mantêm com a chamada população-alvo.

Através da técnica de pesquisa *snowball*, foi realizado um mapeamento das ONGs que tratam de questões GLBTs no Estado, totalizando nove organizações. A análise acerca do empoderamento vem revestida de uma avaliação acerca das peculiaridades deste tipo de movimento ou atuação social.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento GLBT, ONGs, Empoderamento, Identidade, Sexualidade, Direitos Civis.

ABSTRACT

This present dissertation aims at analysing the GLBT (gay, lesbian, bisexual and transgendered people) movement in the state of Santa Catarina – Brazil, through the actions of NGO's (nongovernmental organizations) which focus on GLBT issues, in other words, issues related to investments and struggles against different displays of discrimination and for the earning of rights. Overall, the purpose of the project was to evaluate how much the studied NGO's have expanded and strengthened actions for empowerment, focusing on the objectives, the practices and relations which such organizations keep with what is called target-population.

By means of the snowball research technique, a mapping of NGO's which deal with GLBT issues was made, totalizing 9 institutions. The analysis on empowerment comes covered with an assessment of the peculiarities of this kind of movement or social interaction.

KEY-WORDS: GLBT Movement, NGOs, Empowerment, Identity, Sexuality, Civil Rights.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 HOMOSSEXUALIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	10
2.1 Do Princípio das Lutas	10
2.2 O Impacto da AIDS	15
2.3 ONGs e a AIDS	18
3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA PLURALIDADE DAS SIGLAS	22
4 AS ONGs GLBTs NO ESTADO DE SANTA CATARINA	34
4.1 Apresentação das ONGs	38
5 AS ONGs E SUAS PRÁTICAS DE EMPODERAMENTO	59
5.1 Movimento GLBT, Poder e Empoderamento	59
5.2 As Vozes das ONGs	68
5.3 O Empoderamento Mitigado	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação de mestrado é investigar e analisar as ONGs (Organizações Não-Governamentais) do Estado de Santa Catarina que possuam como um de seus escopos principais lutar pelas chamadas “Questões GLBTs”. Tais “questões” englobam uma miríade de objetivos, que vão desde as lutas contra a discriminação e preconceito contra GLBTs (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) até a conquista de direitos ao reconhecimento de uniões conjugais e adoção por GLBTs.

Em estudo anterior (TAQUES, 2005) analisamos a relação entre ONGs e Movimentos Sociais. Percebemos que conceituações estanques tratando sobre as diferenças entre os dois conceitos não são produtivas, haja vista muitos “movimentos” serem capitaneados por ONGs. O Movimento GLBT, tanto catarinense como o brasileiro, de um modo geral vem se construindo especialmente ao longo dos últimos 25 anos através e via o trabalho de ONGs.

É tendo em mente esta intrínseca relação entre ONGs e Movimentos Sociais que objetivamos aqui trabalhar com as ONGs no Estado que tenham como objetivo alguma “Questão GLBT”. Como não tínhamos conhecimento de todas as ONGs que trabalhavam no Estado com “Questões GLBTs”, mas conhecíamos a ONG ADEH – Nostro Mundo (Associação das Transgêneros da Grande Florianópolis), ONG que já fora por nós analisada em trabalho anterior (TAQUES, 2005), escolhemos a ADEH como a ONG que principiaria o leque das ONGs catarinenses a serem analisadas..

Através da técnica de pesquisa *snowball* (HOUTZAGER *et alli*, 2004), partimos da ADEH como ponto de partida para localizarmos as ONGs que tivessem trabalho semelhante ou algum outro trabalho direcionado para GLBTs. Assim, chegamos ao número de nove ONGs formadas e constituídas, com estatutos e hierarquia interna que trabalham com Questões GLBTs em Santa Catarina. Decidimos incluir, além dessas ONGs, uma ONG em formação e a LBL (Liga Brasileira de Lésbicas) que, formada por pessoas e ONGs, não pretende se configurar como uma ONG.

Foram realizadas doze entrevistas com representantes dessas ONGs no período compreendido entre setembro e novembro de 2006. No ano de 2007 realizamos outras duas entrevistas, a fim de atualizarmos dados sobre alguns

projetos que estavam para se iniciar no final do ano de 2006, início de 2007. As entrevistas foram individuais, semi-diretivas e orais (COLOGNESE & MELO, 1998), sendo que todas foram gravadas com o consentimento de nossos entrevistados.

De cada ONG (ou grupo) entrevistamos um representante, com exceção da ONG ADEH onde entrevistamos três pessoas. As entrevistas semi-diretivas (HAGUETTE, 1987) se mostraram um método bastante eficiente já que, além de nortear nossa investigação, possibilitaram aberturas para que o entrevistado pudesse se sentir mais a vontade para se expressar para além dos questionamentos comuns.

As entrevistas foram realizadas junto aos membros das ONGs como recurso metodológico, já que o objetivo da dissertação era consultar especificamente as ONGs e suas concepções e práticas.

Nosso objetivo foi avaliar em que medida as ONGs pesquisadas vêm ampliando e fortalecendo as ações de empoderamento, centrando nossas questões nas práticas da ONG e suas relações com a população-alvo, ou seja com os GLBTs.

Além de apreender se as ONGs propõem mecanismos de luta contra a discriminação, preconceito, violência e se lutam por direitos, também buscou-se verificar se a chamada população-alvo faz parte da ONG e de sua hierarquia.

Iniciamos a dissertação discutindo sobre as homossexualidades e a formação de movimentos sociais em torno de Questões GLBTs. Também nos propomos a analisar os impactos da AIDS sobre o Movimento GLBT Brasileiro e Internacional, sendo que, neste momento, passamos a discutir também o papel das ONGs como agentes novos de pressão e aquisição de conquistas para GLBTs.

A seguir, apresentamos as ONGs que foram objeto de estudo e também analisamos sua situação atual, bem como seus objetivos e conquistas.

Finalmente, tratamos sobre o Empoderamento e como ele ocorre no Movimento GLBT. Partimos dos casos no Estado de Santa Catarina, capitaneado pelas ONGs e alargamos a questão para horizontes mais amplos, buscando os aspectos característicos e únicos que fazem do Movimento GLBT um movimento ímpar dentre os movimentos sociais.

Nossa proposta, em nenhum momento, foi a de delimitar a questão do empoderamento em limites estanques. Ao contrário, buscamos analisá-la sem amarras marcadas para assim podermos perceber as mais variadas nuances que pudessem envolver a questão.

Por fim, apresentamos as considerações finais, na esperança de que esse tema venha a ser recuperado em estudos próximos. Nosso objetivo não foi exaurir o tema, com a pretensão de apresentarmos uma verdade inconteste. Ao contrário, o presente trabalho vem justamente no sentido de se apresentar como uma contribuição acadêmica na área dos estudos sobre Movimentos Sociais na contemporaneidade. Aquele ou aquela que resolver se embrenhar por essa seara, certamente trará aspectos profundamente interessantes para a edificação de um debate científico apurado sobre a construção das lutas sociais.

2 HOMOSSEXUALIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

2.1 Do Princípio das Lutas

Uma das primeiras experiências movimentalistas em defesa dos direitos para homossexuais ocorreu nos Estados Unidos, em 1948, tendo sido fundada por Henry Hay. O grupo, que intitulava-se “Sociedade Mattachine”, se colocava como apartidário, pretendendo chamar a atenção do país tanto para questões homossexuais, bem como para eliminar leis anti-homossexuais vigentes.

Este foi um período conturbado nos Estados Unidos, na medida em que o pós-guerra foi marcado por um processo de perseguições aos suspeitos de ligações com partidos e idéias comunistas. Um grupo liderado por McCarthy empreendia duras interrogações aos acusados, dentre eles Henry Hay, que fora militante do Partido Comunista em sua juventude. Percebendo que seus interrogadores não sabiam de sua ligação com a Sociedade, desvencilhou-se rapidamente ao afirmar não fazer parte do PC (SPENCER, 1996, p.341).

Com o passar do tempo e com desavenças internas, outros grupos e associações emergiram da Sociedade Mattachine, como o “One Inc.” e “As filhas de Bilits”, sendo este formado apenas por lésbicas. Estes grupos tinham como característica a moderação, se comparados com os grupos que surgiriam posteriormente. Mas não se pode negar a importância de sua atuação, pois em 1969 havia cerca de 150 grupos semelhantes nos Estados Unidos (FRY & MACRAE, 1983, P.95).

Um fato inusitado, ocorrido no dia 28 de junho de 1969, uma sexta-feira, na cidade de Nova York, deveria criar uma grande repercussão e vir a modificar o rumo de muitos grupos, tanto nos Estados Unidos como em outros países. Policiais, alegando desrespeito às leis que regulamentavam a venda de bebidas alcoólicas, tentam interditar um bar chamado “Stonewall Inn”. Imediatamente houve reação por parte dos freqüentadores, gerando grande tumulto que durou todo o final de semana. Palavras de ordem eram gritadas, tais como “Poder Gay”, “Sou bicha e me orgulho disso” dentre outras. Neste mesmo ano surge a “Frente de Libertação Gay”

que decreta o dia 28 de junho como o “Dia de Orgulho Gay” (FRY & MACRAE, 1983, p.97).

No ano seguinte, em 1970, a Inglaterra cria a sua “Frente de Libertação Gay” (SPENCER, 1996, p.349). Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, as mobilizações passam a se dar em torno do “assumir-se”, rejeitando-se qualquer atitude que impedisse de viver suas sexualidades de forma livre.

Esse “sair da casca” foi o primeiro passo para que qualquer um se engajasse no movimento – um processo necessário junto à família, amigos e colegas. Mas, primeiro, era fundamental que os *gays* se mostrassem para eles próprios [...], de que não enxergassem mais a si próprios através dos olhos da sociedade. A partir do momento em que passaram a se orgulhar de si mesmos, tornou-se possível falar com a família e com os colegas sem sentir a vergonha e a humilhação freqüentemente impostas aos jovens *gays* (SPENCER, 1996, p.349).

No Brasil, o surgimento de movimentos semelhantes aos que se organizava nos Estados Unidos e na Europa só ocorre quase 10 anos após “Stonewall”. Devemos levar em consideração que o Brasil vivenciava, nesta época, o Regime Militar, sendo que, justamente entre 1969 e 1977 foi o período de maior recrudescimento do Regime, onde qualquer descuido ou conduta tida como “imoral” servia de motivação para se cassar os direitos individuais de manifestantes. Em 1978, com o abrandamento das leis do Regime Militar, surge no Rio de Janeiro o “Jornal Lampião” que contava com a participação de jornalistas, artistas e intelectuais, abordando de forma positiva a homossexualidade, fato bastante contrário ao tratamento dispensado pela imprensa, a época, com relação à homossexualidade. Segundo MacRae:

[...] vemos que desde o seu título se enfatiza a necessidade de sair do gueto como forma de destruir a imagem padrão do homossexual como um ser amaldiçoado, incapaz de auto-realização e rejeitando o seu sexo. A maneira que se pretendia fazer isso era através da colocação dos homossexuais como uma entre outras minorias oprimidas, todas com direito à sua voz para poderem lutar por sua realização plena. Esse “dar voz às minorias” também incluiria falar livremente sobre o sexo. Reforçando a sua posição de colocar a discussão da homossexualidade dentro de um contexto social mais amplo, vemos também neste texto referências à situação política e cultural da época, com a menção da criação de novos partidos, da anistia e da “abertura” (MACRAE, 1990, p. 75).

Deste modo, o Jornal Lampião se posiciona como porta-voz de uma minoria, abrindo também espaço para outros grupos reivindicatórios. Ao contrário de estimular a

vitimização dos homossexuais, o jornal visava desenvolver um debate que acrescentasse para o esclarecimento tanto da sociedade como dos próprios sujeitos envolvidos.

Ainda em 1978, outro grupo de artistas e intelectuais descontente com a forma como a homossexualidade era tratada passa a se reunir na cidade de São Paulo. A primeira manifestação deste grupo intitulado “Somos - Grupo de Afirmação Homossexual” foi o envio de uma carta aberta ao Sindicato dos Jornalistas, repudiando a forma pela qual a imprensa tratava a homossexualidade.

Já no ano seguinte, 1979, o Grupo Somos foi convidado a comparecer num debate na USP (TREVISAN, 2000). Este evento marcaria o Grupo Somos, pois era a sua primeira manifestação pública. Neste debate, seus membros puderam expor a peculiaridade de seu ativismo e também conseguiram visibilidade para o grupo, garantindo sua importância como interlocutor de uma parcela que até então nunca havia se pronunciado publicamente, tanto sobre preconceito como pelo desejo.

James Green analisa os fatores que deflagraram este movimento:

Muitos fatores convergentes facilitaram o surgimento desse movimento: o espaço conquistado pelos “bichas” e “bonecas” na década de 1960, a difusão de idéias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento político gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade “entendida” (GREEN, 2000, p.396).

João Silvério Trevisan diz que em 1980 existiam outros grupos ativistas, além daqueles sediados em São Paulo. Havia em Guarulhos e também no interior do Estado Paulistano, assim como no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife, João Pessoa e Niterói (TREVISAN, 2000, p.347). Em abril deste mesmo ano, vários destes grupos se reuniram em São Paulo no “Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados” para discutir sobre várias questões, cujo leque compreende desde reflexões acerca da identidade homossexual, até as relações e posturas com as agremiações políticas, principalmente com as de esquerda, pois neste mesmo ano era fundado o PT e alguns membros do Grupo Somos propunham que houvesse um atrelamento entre eles e o novo partido.

Este encontro foi bastante significativo, pois a partir dele as diferenças no modo de pensar do grupo foram acentuando-se. No mês seguinte, maio, várias mulheres que faziam parte do Grupo Somos se retiraram e fundaram o “Grupo de Ação Lésbico-Feminino”, pois não aceitavam os rumos que as discussões estavam tomando. Elas sentiam-se vítimas de machismo, sentiam-se excluídas e a maioria não gostava da forma pela qual eram chamadas pelos homens (como “rachas” - uma alusão pejorativa à biologia sexual feminina). (FRY & MACRAE, 1983, P.28).

Em 13 de junho daquele ano, vários grupos se reuniram na capital paulista (FRY & MACRAE, 1983) para protestar contra as ações repressivas contra travestis, moradores de rua e prostitutas empreendidas pelo delegado Dr. Richetti. Havia algum tempo que este delegado realizara uma batida policial em São Paulo resultando na detenção de 1.500 pessoas (GREEN, 2000, p.436). O Grupo Somos também esteve presente chamando a atenção por seu estilo diferenciado, irreverente, de protestar, com “beijaços”, homens rebolando, inaugurando uma nova forma de protesto contra a repressão que se vivia (TREVISAN, 2000).

O Grupo Somos foi se fragmentando logo após estes eventos e muitos de seus membros se afastaram, uns por não concordarem com a aproximação do grupo com partidos políticos, outros por motivações mais subjetivas, como o fato do grupo não aceitar em seu interior pessoas que não se identificassem como homossexuais (MACRAE, 1990). O Jornal Lampião, no Rio de Janeiro, deixou de ser publicado, sendo que, neste caso, havia bastante pressão por parte da polícia (TREVISAN, 2000).

O período do surgimento do Grupo SOMOS e a temática que ele propõe num Brasil que vive a agonia da ditadura militar, não ocorre de forma isolada, já que muitas transformações ocorreram no ocidente após os eventos de 1968. Aquilo que era proibido de ser discutido, ou, quando o era, se dava apenas no ambiente da vida privada, ganha as ruas:

As mobilizações pós-68 como os movimentos de estudantes, de mulheres, pelos direitos humanos e cívicos, étnicos e/ou culturais, pelo meio ambiente, contra a violência, contra a fome e a miséria, etc., se caracterizam pela grande *diversidade de temas* que penetraram no espaço público. Muitos temas que tinham sido reservados à esfera do Estado e do poder político (desenvolvimento e meio ambiente, por exemplo) e outros temas que eram considerados privados (relações de gênero, por exemplo) transformaram-se em questões sociais e políticas (SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, 1999, p.16).

Essas mobilizações sociais fertilizaram o campo de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil.

Scherer-Warren e Lüchmann (2004), ao discutirem os estudos sobre os movimentos sociais no país, afirmam que tais análises surgem a partir da segunda metade da década de 1970:

Da segunda metade da década de 1970 ao início dos anos de 1980, começava a tentativa para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da temática nação x classe (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004, p.11-12).

No que diz respeito aos movimentos sociais que portavam como bandeira principal a luta contra a discriminação para com homossexuais em fins dos anos 70 e início da década de 80, a diversidade de temas, questões e demandas trazidas por estes movimentos sociais imprimiram novos olhares e paradigmas teóricos no campo das ciências sociais.

Dentre o amplo leque de novos estudos e interpretações acerca dos diferentes movimentos sociais que surgem e/ou se multiplicam nas duas últimas décadas, apontamos duas que acreditamos serem mais significativas, sendo a primeira do italiano Alberto Melucci, que analisa os movimentos sociais como:

[...] sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo (MELUCCI, 2001, p.23).

Já Ilse Scherer-Warren aponta a seguinte definição para os movimentos sociais:

[...] os movimentos sociais contemporâneos podem ser definidos como redes sociais complexas que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização. (SCHERER-WARREN, 1998, p.10)

Os movimentos sociais brasileiros que portavam como bandeira principal a luta contra a discriminação para com homossexuais em fins dos anos 70 e início da década de 80, passaram por momentos de desgaste e quase de desaparecimento. Concomitantemente ocorre o surgimento de uma epidemia que marcaria definitivamente o movimento GLBT brasileiro: a AIDS.

2.2 O Impacto da AIDS

A década de 1980 do século XX ficou marcada pelo surgimento da AIDS. Os primeiros casos foram registrados nos Estados Unidos e em menos de um ano o Brasil apresentaria sua primeira vítima. Sem maiores informações, tratando-se de um fato totalmente inusitado, a AIDS elege como vítimas primeiras os homossexuais, levando muito rapidamente (e sem análises criteriosas) a ciência médica a batizá-la de “Imunodeficiência Relacionada à Homossexualidade”, ou “Gay Related Immunodeficiency – GRID” (TERTO-JR, 1996).

No Brasil, acredita-se que o vírus existia desde 1981, contudo, apenas a partir de 1983 é que os números oficiais passam a ser disponibilizados. Preconceitos contra os homossexuais, de modo bastante pronunciado referente aos homossexuais masculinos, surgem e/ou ressurgem com força significativa: “Peste Gay”, “Peste Rosa”, passam a nomear o vírus que ainda não possuía um nome, apenas vítimas (TREVISAN, 2000; TERTO-JR, 1996).

Para Trevisan, nesta fase inicial em que a responsabilidade pela disseminação da “peste” era atribuída a homossexuais, a AIDS assume um papel revelador, ou seja, em vários momentos da história as “pestes” eram percebidas como castigos impostos àqueles que tinham condutas reprováveis. Para o autor, a violência do vírus ganha mais força ainda, através da fala dos “empresários morais”, causando pânico aos homossexuais, que tinham apontado para si mais uma arma no vasto arsenal do preconceito (TREVISAN, 2000). A associação do vírus à peste, bem como a percepção que se tratava de uma punição aos homossexuais não teria

sido exclusividade da sociedade brasileira, mas toda a América Latina teria assim recepcionado o vírus (TERTO-JR, 1996).

Birman (1994) afirma que a associação de figuras como a “peste” e a “lepra” à AIDS trazem em seu bojo implicações profundas, principalmente por serem modelos antropológicos e históricos com bastante força no imaginário social, assim sendo, justificariam os discursos de saúde pública bem como contribuiriam significativamente para a exclusão dos portadores.

A figura da morte ganha nova dimensão a partir da AIDS, dentre outros fatores, por ser diferente das chamadas “doenças venéreas clássicas”, na medida em que passa a ser tratada como “escolha”:

[...] na Aids a morte é a conseqüência imediata do desejo sexual, sendo pois a possibilidade intrínseca e fatal de uma determinada escolha sexual. [...] Portanto, com a Aids a morte é considerada como o efeito de uma modalidade de desejo, o desejo homossexual, e os sujeitos que optam por esta via sexual já são penalizados *a priori* no imaginário social e psíquico pela marca do desejo (BIRMAN, 1994, p. 112).

Segundo o autor, a figura do homossexual ganha um outro enfoque, sem abandonar os preconceitos sob os quais era percebido e sim, acrescido de novos elementos, dentre os quais, a responsabilidade pelo potencial ameaçador à sobrevivência da humanidade.

É bastante notável a rapidez com que a AIDS, mesmo sem estudos prévios, foi tratada como “Câncer Gay”, implicando numa preocupação médica direcionada para o estilo de vida homossexual (BOZON, 2004). As práticas homossexuais passam a ser alvejadas pela medicina, pela igreja, pela polícia, pela imprensa. O velho discurso que enquadrava a homossexualidade como uma prática proibitiva por questões morais, ganha uma nova roupagem: Tratava-se de uma questão de saúde pública. As práticas sexuais “abomináveis” dos homossexuais colocava em risco tanto homossexuais como não-homossexuais (TREVISAN, 2000).

Algum tempo mais tarde, os cientistas identificaram e nomearam o vírus que passou a ser chamado de AIDS, sigla para “Síndrome da Imunodeficiência Adquirida”. E dentre as disciplinas médicas, é a epidemiologia que passa a ter destaque, já que o discurso ganha um peso cada vez mais ligado aos riscos e proteções ligados às práticas sexuais. O tom “sanitário” do discurso médico torna-se mais que evidente (BOZON, 2004).

A criação e o estabelecimento de um “grupo de risco” (POLLAK, 1990) formado por homossexuais foi uma das primeiras “reações” à doença. Sendo que,

como veremos mais adiante, este fator, com o passar dos anos, acabará ganhando novos significados por alguns setores do Movimento GLBT no combate a AIDS.

A associação inicial entre homossexualidade e AIDS teve implicações muito profundas, perpassando vários planos, desde o psicológico ao jurídico já que os casais homossexuais tinham diante de si um ordenamento jurídico que não os reconhecia como unidade familiar, implicando na impossibilidade do compartilhamento de planos de saúde, bem como no impedimento de ser o beneficiário no caso de heranças já que a união não era reconhecida. Violências e preconceitos recrudesceram como consequência da impunidade aos agressores (TERTO-JR, 1996).

O Movimento GLBT Brasileiro à época passava por um processo de rearranjo. O Grupo SOMOS já não era visível, vários grupos deixaram de existir em menos de três anos após seu surgimento. Algumas iniciativas principiavam em algumas cidades brasileiras. De qualquer modo, o Movimento GLBT, desde o advento da AIDS bem como de sua associação com práticas homossexuais, estava diante de uma encruzilhada que o marcaria daquele momento em diante: Abraçar a luta contra a AIDS como uma das causas do Movimento ou deixá-la de lado como uma questão menor?

A AIDS acaba por se tornar uma questão de importância ímpar para o Movimento GLBT. Existiam aqueles ativistas que acreditavam que a questão da AIDS deveria ser incorporada pelo Movimento e outros que acreditavam que não deveria haver a menor confusão ou atrelamento entre as causas. Apenas três grupos que existiam no início dos anos 80 ultrapassaram o ano 2000: O Grupo Gay da Bahia, de Salvador, o Dialogay de Sergipe e o Outra Coisa de São Paulo. Estes grupos haviam incluído a questão da AIDS como um dos elementos a serem discutidos, não a tratando em separado de outras questões. Estes grupos sobreviveram. Aqueles que não incorporaram a questão da AIDS tiveram vida curta (TERTO-JR, 1996).

A contribuição do Outra Coisa, bem como de alguns atores que fizeram parte do grupo Somos foi de fundamental importância para a criação do Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS) em São Paulo, no ano de 1985, assim como neste ano o Estado de São Paulo, apoiado e impelido por estes mesmos atores, cria seu programa estadual de prevenção, que no futuro viria a ser referência para o programa nacional (FACCHINI, 2005).

O enfrentamento a AIDS passou a ser uma das principais bandeiras de luta de muitos setores do Movimento GLBT, sendo que, em 1990 após a pressão de vários atores coletivos foi posta em prática a distribuição gratuita, na rede pública de saúde, dos medicamentos retro-virais (FACCHINI, 2005), tornando o Brasil um exemplo de país a ser seguido no combate a AIDS.

2.3 ONGs e a AIDS

A criação e organização de grupos que se auto-intitulavam ONGs (Organizações Não-Governamentais) tornou-se mais densa nos anos de 1980, mas ganhou mais força nos anos de 1990. Muitas dessas ONGs foram criadas na tentativa de pressionar o Estado para que os “excluídos” pudessem ser ouvidos e tivessem seus direitos garantidos (ou acesso a direitos).

A expressão ONG foi criada ainda na década de 1940 pela ONU (organização das Nações Unidas), objetivando nomear as entidades não-governamentais que recebiam auxílio financeiro na execução de projetos sociais. Contudo, em termos de Brasil, é durante a década de 1990, em especial a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a ECO-92 – que a terminologia ganha maior visibilidade (TEIXEIRA, 2003).

As lutas não se davam apenas no terreno democrático-institucional como os partidos ou os sindicatos e sim através das novas instituições tais como as associações, organizações e as novas formas de diálogo que se configuravam. Muitos movimentos sociais passam, neste período, a se organizar no modelo institucional de ONG. A maior motivação para a adoção deste novo modelo seria a possibilidade de fazer com que as ações pelas quais se lutava passassem a ser ações permanentes, num processo de contínua pressão até alcançar o objetivo. As causas pelas quais se lutava deixavam de ser momentâneas, pontuais, para se tornarem bandeira principal de reivindicações dessas ONGs.

Quando nos referimos a ONG, estamos nos filiando à definição de Leilah Landim, ou seja:

[...] mais do que algo com “essência ONG” (por exemplo, uma mesma organização pode identificar-se como “movimento”, em um contexto, e como “ONG” em outro), trata-se aqui de organizações que criam identidade e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas (LANDIM, 2002, p. 21).

O modo de agir das ONGs não se faz homogêneo. Devemos clarificar que existe um amplo arco de ONGs e com múltiplas formas de ação. Contudo, muitas delas têm práticas que impossibilitam a delimitação de fronteiras entre o que é uma ONG e o que é um movimento social:

[...] esses grupos mobilizam a sociedade em torno de novos temas de tal maneira que, em alguns casos, fica difícil dizer exatamente o que é um movimento social e o que é uma ONG, pois muitas ONGs parecem constituir uma parte essencial do movimento social a que estão vinculadas. (TEIXEIRA, 2003, p.19).

Este aspecto “Movimento” por parte das ONGs, segundo Teixeira (2003), é mais forte nas organizações do movimento de mulheres e nos movimentos negros, e, acrescentamos, compreendemos que o movimento GLBT também pode ser inserido nesse grupo:

A questão da legitimidade da ONG frente ao movimento social muda quando ela não foi constituída como assessoria, mas por membros desse movimento, como é o caso dos movimentos negros e de mulheres, quando frequentemente as ONGs também são formadas por negros e mulheres, que se sentem parte do movimento (e efetivamente são). (TEIXEIRA, 2003, p. 130).

Ressaltamos que das ONGs pesquisadas por nós, todas têm ou tiveram como escopo principal trabalhar Questões GLBTs, assim como são formadas por GLBTs (ou por algum segmento da sigla). Com isso reiteramos que a análise da autora se encaixa perfeitamente com os nossos pesquisados.

Com o decorrer dos anos, as ONGs crescem, se proliferam e passam a despertar a atenção tanto da sociedade civil como do Estado, tanto na esfera nacional quanto internacional. A participação das ONGs em conferências globais e nos muitos fóruns (tanto nacionais como internacionais) garantiu-lhes visibilidade e reconhecimento (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004).

No caso específico do Brasil, onde a segunda metade da década de 1980 se caracteriza pelo processo de re-democratização, os anos 90 foram o palco onde estas novas formas de ação coletiva se deram com maior ímpeto e diferenciação, seja através das organizações feministas ou do próprio Movimento GLBT que acabou conquistando as ruas de várias cidades do Brasil. Na realidade, as modificações vivenciadas pelos movimentos neste início de milênio podem ser apontados como conseqüência de todo um trabalho que estes mesmos movimentos

desenvolveram principalmente ao longo das últimas duas décadas (cf. GOHN, 2003).

Os autores preocupados em analisar as ONGs e os movimentos sociais enfatizam que, de maneira geral, eles se articulam em redes, conectando as identidades, definindo os adversários, estabelecendo objetivos e construindo projetos (cf. SCHERER-WARREN, 2003). As lutas já não se fazem isoladas, existem conexões que se estabelecem entre os grupos fazendo com que as ações não se dêem de modo isolado:

[...] sugiro que no crescimento recente de redes e articulações transnacionalizadas de atuação esteja-se criando, por excelência, um contexto em que as ONGs do tipo “histórico” ganham visibilidade e identidade, enquanto atores em um pólo “anti-sistêmico” da política (LANDIM, 2002, p.46).

A legitimidade das ONGs ganha espaço nos organismos multilaterais, a exemplo da ONU e do Banco Mundial, que deixam de investir diretamente nos governos e passam a direcionar seus recursos para ONGs. De acordo com Alvarez, para esses organismos,

[...] El desperdicio, la malversación de fondos, la rotación del personal técnico gubernamental estuvieron en el origen de ese cambio. Entonces, las organizaciones de la sociedad civil aparecieron como una alternativa interesante. Al presentar un perfil de acción más claro y mostrarse ellas mismas más viables para establecer relaciones de asociación más definidas, las ONG se presentan como un mecanismo eficaz para la instrumentación de las políticas públicas, sean éstas o no progresistas (ALVAREZ, 1997, p.112).

A questão das fontes de financiamento são fontes de preocupações na abordagem acadêmica, como percebemos em Bernardo Sorj:

Enquanto a maioria das principais ONGs nos países desenvolvidos recebem parte importante de seu financiamento de contribuições voluntárias, fundações privadas e instituições internacionais, o apoio financeiro é central para a maioria das ONGs, especialmente nos países em desenvolvimento. (SORJ, 2005, p. 22).

Segundo o autor, o financiamento das ONGs dos países em desenvolvimento normalmente ocorre com a imposição de restrições, ou seja, um elemento que cria maior dificuldade para a independência das organizações e um maior atrelamento aos ideais dos financiadores.

A questão do financiamento para os projetos das ONGs é um dos pontos que mais se debate na atualidade. Percebe-se a existência de uma idéia de dependência total das ONGs de seus financiadores. Tais análises desconsideram as múltiplas possibilidades relacionais envolvidas na questão, principalmente se considerarmos o conceito de empoderamento, que veremos mais adiante.

No entanto, mesmo havendo embate com o Estado em alguns pontos, ou até competição por recursos, principalmente os oriundos de organismos internacionais, as ONGs não se posicionam como substitutas do Estado, já que sua vocação seria a sociedade civil. Também, as ONGs consolidam uma identidade que as diferenciam do movimento, embora em determinados momentos esta relação se torne dúbia (LANDIM, 2002, p.27).

Um dos aspectos diferenciadores nas ONGs é a sua chamada “profissionalização”. Esse termo se refere especialmente quando está envolvido o desenvolvimento de projetos financiados, que implica na possibilidade de remuneração por parte de seus agentes:

Evidentemente, as ONGs não prestam qualquer tipo de serviços. Elas têm a oferecer ao “mercado” um produto diferente, qualificado, resultado de uma alta profissionalização de seus quadros e do compromisso com valores democráticos, mas o que oferecem não deixa de ser um produto. (TEIXEIRA, 2003, p. 100).

Contudo, como poderemos perceber nos escritos de Teixeira, as ações das ONGs, por mais que muitas vezes assumam um caráter imediatista, muitas vezes estão atreladas a uma proposta maior, que implique em possibilidades de desconstrução de situações adversas:

Ao mesmo tempo que uma ONG faz ações pontuais, como, por exemplo, o atendimento de mulheres em um ambulatório próprio, como o Coletivo Feminista tem feito há anos, essa mesma ONG pode estar envolvida na articulação de políticas públicas para a melhoria do atendimento às mulheres em hospitais públicos. (TEIXEIRA, 2003, p. 141).

3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA PLURALIDADE DAS SIGLAS

Quando utilizamos o termo “identidades”, devemos considerar que estamos tratando de um conceito construído social e historicamente, que é conjuntural e incompleto, envolvendo inúmeros elementos. Contudo, trata-se de um conceito de suma importância para a compreensão da dinâmica que envolve os movimentos (FACCHINI, 2005, p.29). Luis Eduardo Soares aponta que quando tratamos de identidades:

[...] estão sendo acionados vários mecanismos complexos, diversas operações sofisticadas, relativamente autônomas, eventualmente combinadas, sempre multidimensionais, quando alguém se diz católico, protestante, colorado, gremista, conservador, petista, mulher, homem, negro, branco, brasileiro, gaúcho ou homossexual. Todas essas “identidades” são historicamente construídas, culturalmente elaboradas e indissociáveis de políticas específicas, nas quais se articulam poderes e saberes particulares (SOARES, 2002, p.135).

Em nosso auxílio, também buscamos a definição para “identidade social” de Maria Luiza Heilborn em seu artigo *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade social*:

Identidade social é aqui entendida e operacionalizada na acepção de um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo social. [...] Identidade social é, assim, a moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar; um formato que não lhes é propriamente oferecido, porque para tal supor-se-ia que seres sociais pudessem existir previamente à inserção na vida coletiva (HEILBORN, 1996, p.137).

Um dos objetivos da autora neste artigo é analisar em que medida a identidade sexual é importante para a identidade social dos sujeitos. Como verificaremos mais adiante, trata-se de uma questão complexa e importante para o Movimento GLBT, ocupando boa parte da agenda na segunda metade do século XX, alcançando o século XXI. Afinal, os dilemas concernentes a identificações prosseguem sendo polêmicos hodiernamente. Haveria necessidade de se auto-definir? Se sim, como fazê-lo? “Ser” ou “estar”? Por mais que haja tentativas de se esvaziar essa discussão, elas prosseguem relevantes para muitos grupos organizados.

Para os defensores do “ser”, o aspecto “biológico” da questão é preponderante. Tais pessoas alegam que ninguém opta pela homossexualidade e a natureza serviria como fator explicativo, ou seja, via de regra defende-se a idéia de que há uma predisposição genética para a homossexualidade. Já os defensores do “estar” pretendem uma explicação de cunho “construtivo” da sexualidade, ou seja, pelos mais variados fatores os sujeitos desenvolvem suas sexualidades, não necessariamente garantindo sua fixidez e sim sua fluidez no tempo. Não se trata de algo eterno.

Homossexual, homoerótico, homófilo, entendido...são alguns termos que foram (ou são) utilizados para se nomear aqueles e aquelas cujos desejos são voltados para pessoas do mesmo sexo e, trata-se de uma “nomeação” que, via de regra, não implica pejorativa. Homossexual (o mais amplamente utilizado) não era o termo reivindicado pela “Sociedade Mattachine”, por exemplo, que preferia termos como “homófilo” ou “homoerótico”, já que “homossexual” enfatizaria o aspecto sexual (FRY & MACRAE, 1983, p. 94).

No Brasil, com a criação do Grupo SOMOS, podemos perceber que esta era uma questão de suma importância, tanto que se intitulava “Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual”. Ao estudar o grupo para sua tese de doutorado, Edward MacRae se vê diante de uma difícil situação ao colocar sua visão sobre homossexualidade diferindo de boa parte dos membros do grupo:

[...] mais que uma essência natural de certas pessoas, a homossexualidade revela um mecanismo social de rotulação que age de forma desigual, identificando como homossexuais somente algumas das pessoas que manifestam um certo tipo de atração e comportamento sexual para com outras do mesmo sexo fisiológico (MACRAE, 1990, p.39).

Esta não era a visão predominante no interior do grupo, que preferia encarar a homossexualidade de outro modo: “[...] o grupo Somos, como um todo, partia do princípio que a humanidade estaria dividida entre heterossexuais e homossexuais (e talvez alguns bissexuais). Essas categorias seriam básicas à personalidade dos indivíduos e quase imutáveis” (MACRAE, 1990, p.40). Segundo o autor, a maioria dos integrantes do SOMOS tinha dificuldades em conceber a homossexualidade como um papel social, já que era bastante comum eles dizerem que se sentiam homossexuais na infância, sendo este um elemento alegado por muitos homossexuais (MACRAE, 1990, p.41).

João Silvério Trevisan, um dos membros fundadores do SOMOS, discorda de Mac Rae em alguns pontos. Para este autor, a abordagem dita “culturalista” guarda dificuldades, dentre elas a de privilegiar a idéia de “opção sexual”. O autor questiona se haveria escolha para o próprio desejo, já que, para ele, a maioria das pessoas seria levada por uma “tendência interior” (TREVISAN, 2000, p.34).

Embora o objetivo aqui não seja apresentar uma “gênese da homossexualidade”, torna-se necessário trazermos a lume como essas questões são tratadas, tanto pela academia como pelos sujeitos, assim como também pelos sujeitos-academia que influenciam aspectos e discussões identitárias, foco central deste capítulo.

Um dos exemplos de sujeito-academia, o antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB (Grupo Gay da Bahia), advoga fortemente a favor da utilização do termo “homossexual” ao invés de outros:

[...] querendo ou não, o ser humano, ao menos no ocidente, necessita de rótulos para se situar no mundo-homem/ mulher; branco/ negro; adulto/ criança [...]. Rótulos ou classificações ajudam-nos a afirmar nossa identidade pessoal, facilitam nosso processo de socialização e nos defendem contra eventuais opositores [...]. Os critérios de classificação ou rotulação é que podem ser discutíveis, sobretudo se são impostos pelos donos do poder a fim de manter a galera dominada [...]. Não ocorre o mesmo com os termos homossexual, gay e lésbica, posto que foram inventados e aprovados pelos próprios interessados, os homossexuais (MOTT, 2003, p.232).

Entretanto, tal critério de identificação defendido por Mott não vale para todos, como bem demonstra a pesquisa de Heilborn com mulheres que mantêm relacionamento com outras mulheres. Após descrever a cena de um casamento entre duas mulheres, a autora coloca: “Apesar de terem promovido um ritual para celebrar a coabitação, ambas afirmam que não se identificam como homossexuais” (HEILBORN, 1996, p.142).

Alguns setores militantes apresentam profundas dificuldades com este tipo de pensamento, como aponta Heilborn:

Este quadro tem suscitado uma viva discussão por parte dos atores engajados com o movimento de afirmação homossexual. A afirmativa de que a declaração explícita da orientação homoerótica não é considerada necessária, e, sobretudo, é entendida como limitadora das potencialidades dos indivíduos, desperta suspeitas com frequência atribuídas ao medo do estigma, à covardia diante das convenções sociais, a uma estratégia calculista de anonimato, ou ainda à falta de solidariedade para com seus “iguais” (HEILBORN, 1996, p.141).

Por seu turno, aqueles e aquelas que preferem não se posicionar como “homossexuais” têm forte argumentação:

[...] em torno da afirmação de que o sexo do parceiro não é relevante para o entendimento da relação, que a escolha sexual do presente (ou do passado) não significa se reconhecer como essencialmente homossexual – uma vez que os caminhos do desejo são obscuros e inescrutáveis são os seus desígnios – e, ainda, que privilegiar a dimensão erótica de sua apresentação no mundo é empobrecedor (HEILBORN, 1996, p.141).

No caso do Brasil, o modo de encarar as identidades e, neste caso, “identidades sexuais” é bastante diferente de outros países - como Estados Unidos, por exemplo – já que as ambigüidades, as ambivalências e hibridismos da sociedade brasileira tornariam as identidades menos rígidas (SOARES, 2002, p. 138).

Muitos grupos discutem acerca do “ser” ou “estar” que, em última análise, é o pano de fundo dessa discussão. Afinal, como estabelecer bandeiras de lutas se tudo é por vezes tão solto, livre de amarras?

No caso do Brasil, para Luis Eduardo Soares, existem possíveis conseqüências de atitudes ambivalentes:

[...] corremos o risco de enfraquecer as lutas pelos direitos civis dos homossexuais. As ambigüidades podem degradar-se em evasão e demissão de responsabilidades cívicas e políticas. A plasticidade identitária pode ser o alibi para a omissão pusilânime e hipócrita. A flexibilidade pode funcionar como o outro nome do oportunismo que endossa a repressão, as discriminações, as estigmatizações e a homofobia (SOARES, 2002, p.139).

Contudo, segundo o autor, no caso estadunidense corre-se o risco de essencializar a questão, transformando-a em opressiva, castradora de poliformismos. Para Soares, o ideal seria a associação dos aspectos propositivos em ambas as sociedades

[...] a plasticidade brasileira pode combinar-se com a coragem política e reunir o melhor dos dois mundos, a celebração libertária da multiplicidade e da errância, associada à luta pela extensão dos direitos civis aos homossexuais ou aos homens e mulheres, enquanto homossexuais (SOARES, 2002, p.139).

De qualquer modo, continua sendo um aspecto central na ação e prática dos movimentos as questões de identidade: “Estamos diante de um debate que recorta o

politicamente correto para os grupos militantes e os que são chamados de alienados” (HEILBORN, 1996, p.141).

O psicanalista Jurandir Freire Costa percebe a questão identitária também como um dos aspectos a serem analisados mais profundamente: “[...] uma coisa é valorizar a identidade *gay* e reconhecer sua importância no combate ao preconceito; outra coisa é afirmá-la como a única identidade possível ou desejável para todos os sujeitos homoeroticamente inclinados” (COSTA, 1992, p.47).

Para o autor, a “identidade *gay*” seria produto de uma idealização romântica, norte-americana, pautada na luta pelos direitos de minorias:

Essa circunscrição histórico-social, obviamente, não tem o propósito de atingir a legitimidade dos movimentos *gay*, até porque cabe à comunidade interessada a primeira e última palavra sobre o assunto. Mostrar a relatividade e localização político-cultural da “identidade *gay*” visa apenas defender a pluralidade de identidades possíveis de serem assumidas pelos indivíduos com inclinações homoeróticas (COSTA, 1992, p.47).

Em última instância, Jurandir Freire Costa deposita sobre a comunidade o direito de se tornar porta-voz do assunto, pois ela é que teria autoridade para falar sobre o tema.

Na análise de Michel Bozon, as transformações ocorridas na virada dos anos 1970, o “sair do armário” (termo usual para aqueles e aquelas que publicizam sua sexualidade) tornou-se ao mesmo tempo um rito de passagem como também um ato político (BOZON, 2004, p.54). E este não foi um fenômeno exclusivo do cenário norte-americano.

Para Stuart Hall, o senso comum percebe a construção da identificação de um modo “naturalista”, partindo-se de uma origem comum, ou pelo compartilhamento de características ou ideais de grupos ou pessoas (HALL, 2005, p.106).

Este autor prefere analisar o conceito identitário “sob rasura” ou seja, não deve ser analisado de um modo não reconstruído de sua idéia original. “Sob rasura”, neste caso, é um modo novo de se pensar a identidade, um modo impossível de se operar com os mecanismos do passado. Deste modo:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo

de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2005, p.108).

Hall busca ampliar as discussões acerca das identidades propondo-as como não unificadas, fragmentadas, construídas de modo múltiplo, o que, invariavelmente, as torna passíveis imediatas de sua análise salvaguardando-se espaço e tempo para a sua compreensão:

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja “convocado”, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma *articulação* e não como um processo unilateral (HALL, 2000, p.112, grifo do autor).

Portanto, para Hall, as “posições” não são nunca fixas, elas estão numa constante articulação de suturas, propiciadas pelas representações dos sujeitos. O hibridismo da identidade a leva a ser percebida como um “posicionamento”, o qual pode ser tratado provisoriamente de identidade (HALL, 2003, p.433).

Chantal Mouffe é uma autora que busca insistentemente desconstruir quaisquer possibilidades de essencializações. Para o alcance de sua “Democracia Radical” a autora postula que tal democracia não pode existir enquanto houver essencializações, ou seja, a desconstrução das “identidades essencializadas” é condição *sine qua non* para a democracia plena (MOUFFE, 1993, p.104). Para esta autora:

A “identidade” de um sujeito tão múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixa na intersecção dessas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Por isso, é impossível falarmos do agente social como se estivéssemos a lidar com uma entidade unificada e homogênea. Em vez disso, teremos de abordá-lo como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito através das quais se constitui em várias formações discursivas, e de reconhecer que não existe qualquer relação prévia e necessária entre os discursos que constituem as suas diferentes posições de sujeito (MOUFFE, 1993, p.105).

Como podemos perceber, há um diálogo intenso entre as idéias de Stuart Hall e Chantal Mouffe, principalmente no que concerne às “posições de sujeito” e quanto fragmentado é o variado campo das possibilidades existentes.

Entretanto, Mouffe aponta para as conseqüências implícitas na criação de um “nós” e um “eles”:

De fato, no campo das identificações coletivas – onde se trata da criação de um “nós” mediante a delimitação de um “eles” – haverá sempre a possibilidade de que esta relação nós/eles se transforme em uma relação amigo/inimigo, ou seja, que ela mesma se transforme no espaço de um antagonismo. Isto sucede quando o outro, que até agora tinha sido considerado sob o modo simples da diferença, começa a ser percebido como aquele que nega minha identidade e questiona a minha existência. A partir deste momento, qualquer forma de relação nós/eles, seja do tipo religioso, étnico, econômico ou outro, se torna política (MOUFFE, 1999, p.269).

Para a autora, tal situação não é algo a ser evitado, haja vista a política sempre ter que “domesticar” hostilidades e buscar neutralizar os antagonismos. A questão aqui implicada é a de transformar esse potencial de hostilidades e essa distinção entre um nós/eles de um modo não incompatível com a democracia pluralista. Que o “eles” seja percebido como adversário e não como inimigo, que se possibilite a transformação do antagonismo em agonismo, num reconhecimento de posições legítimas (MOUFFE, 1999, p.270).

Este é um dos aspectos que buscaremos recuperar nos próximos capítulos, quando tratarmos das lutas contemporâneas. Dentre outros elementos, o que cabe aqui apontar é que a construção desse “eu” que é múltiplo, flexível (BARBOSA DA SILVA, 2005, p. 235), recebe aplausos por alguns e é rechaçado por outros setores do Movimento GLBT.

Evidentemente, desde o final da década de 1970 até a atualidade, muito sobre a visão que os/as homossexuais têm de si mesmos não é a mesma, o que implica no fato desta visão também não ser homogênea. A questão do “ser” ou “estar” homossexual também não é um ponto pacífico, assim como a utilização do termo “homossexual”.

O termo “homossexual” poderia ser considerado como uma grande categoria (guarda-chuva) para abarcar toda a diversidade das homossexualidades. Contudo, nos parece exageradamente arriscado utiliza-lo porque muitos dos

implicados (senão a maioria deles e delas) possuem profundas dificuldades em se considerarem homossexuais.

Como analisaremos adiante, as travestis se incluem na categoria “transgênero”, mas nem todas se identificam como homossexuais, o mesmo valendo para os bissexuais, que teriam (em tese) um maior trânsito entre os sexos. Novamente estamos diante de uma discussão bastante complexa, e, neste caso, como “classificar” o grupo que está sendo estudado?

Para Luiz Mott, o termo “gay” possui maior familiaridade entre homossexuais masculinos, assim como “lésbica” estaria ganhando cada vez mais espaço entre as mulheres:

Gay significa “alegre” em inglês. [...] é o termo universal preferido pelos homossexuais do mundo inteiro. Embora usado hoje mais como identificação dos homoeróticos masculinos, algumas mulheres também se intitulam “gay”. [...] Hoje as homossexuais femininas cada vez mais preferem o termo “lésbica”, em homenagem à mais famosa “entendida” da Antiguidade, Safo de Lesbos (MOTT, 2003, p.60).

Fry e MacRae apontam para as conquistas alcançadas a partir dos movimentos, principalmente os estadunidenses, contudo, dificuldades acabam surgindo, dentre elas a restrição das relações do gay ser fechada para pessoas do mesmo sexo. Como consequência dessa rigidez e para resolver o problema, teria sido criada a figura do “bissexual”, uma nomeação impregnada de ambigüidade e muitas vezes olhada com preconceito tanto por heterossexuais como por homossexuais (FRY & MACRAE, 1983, p.98).

Outra nomeação recente, embora com existência antiga é a “transgênero”. Para seu emprego, utiliza-se o prefixo de origem latina “trans”, que significa “posição além de”, “através” (TERRA, 1996, p.58) agregado a “gênero” para nos referirmos a todos aqueles que, em seus corpos, vão para a “posição além” daquela de nascimento, ou seja, neste caso específico homens que “alteram” sua aparência com a utilização de vários meios, desde o uso de maquiagens até intervenções cirúrgicas.

As transgêneros (ou “trans” como são tratadas intimamente) são as travestis, transexuais e transformistas, que aqui chamaremos de *Drag-Queens*, de acordo como os/as sujeitos têm se auto-definido na atualidade.

Ao tratar sobre as travestis, Marcos Renato Benedetti diz que:

As travestis constroem seus corpos e suas vidas em busca de um feminino, ou de algo que elas chamam de feminino. [...] De fato, a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco deseja fazê-lo. [...] o feminino das travestis é um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre estes pólos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica destes ingredientes do gênero (BENEDETTI, 2002, p. 141).

Nas observações de campo do autor, realizadas nas ruas de Porto Alegre, ele descobre que:

Seguindo a lógica das informantes, travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo com o objetivo de moldá-lo mais parecidamente com o das mulheres, ou melhor, com o que elas supõem ser *mulher*. O que caracteriza o corpo das mulheres para as travestis são as suas formas arredondadas e suaves, como os seios fartos, os quadris redondos, as coxas grossas, o rosto afilado, o joelho tornado. As travestis vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino, isto é, usam apenas roupas íntimas femininas, usam o banheiro feminino, vestem preferencialmente roupas exclusivas das mulheres, como saias, miniblusas, etc. e de cores vivas e pouco discretas, seu cabelo é sempre longo e bem tratado [...] (BENEDETTI, 2002, p.142, grifo do autor).

Hélio Silva em sua obra intitulada *Travesti: a invenção do feminino*, em conversa com uma informante, aponta uma das peculiaridades da travesti: “[...] travesti não é quem se veste de mulher, é quem toma hormônio e silicone” (SILVA, 1993, p.117).

Embora as travestis tragam em seus corpos vários traços associados ao gênero feminino, elas possuem uma outra característica marcante: “[...] não desejam explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina” (BENEDETTI, 2002, p.143).

Esta é uma informação relevante, na medida em que será um dos fatores diferenciadores entre as travestis e as transexuais, visto que estas últimas:

[...] além de promoverem muitas transformações corporais levadas a cabo pelas travestis, reivindicam a operação de mudança de sexo como condição *sine qua non* de sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social (BENEDETTI, 2002, p.143).

Diante deste quadro, o autor aponta que: “As transexuais negam qualquer potencial erótico do órgão genital masculino; elas não aceitam utilizar o pênis para o

prazer porque, em sua visão, as mulheres não têm pênis, por isso desejam tanto a cirurgia de transgenitalização” (BENEDETTI, 2002, p.144).

Já as *Drag-Queens*, ou transformistas, não realizam transformações tão profundas em seus corpos. “As transformistas, por sua vez, promovem leves intervenções sobre as formas masculinas do corpo que possam ser rapidamente suprimidas ou revertidas, assumindo as vestes e identidade feminina somente em ocasiões específicas” (BENEDETTI, 2002, p. 144).

Como se pode perceber, durante toda nossa exposição, nos referimos a travestis, transexuais e transformistas sempre no feminino, embora o uso gramatical correto fosse masculino. No entanto, preferimos utilizar o modo pelo qual “as” travestis e demais transgêneros se autodenominam. Assim como nos pareceu interessante o que ocorreu durante o I Encontro Sul-Brasileiro de Transgêneros, realizado em Florianópolis em maio de 2004. Foi levantada a possibilidade pelas próprias interessadas em alterar inclusive o termo “Transgênero”, passando do masculino para o feminino: “Transgênera”, o que apenas demonstra a criatividade e o constante “alterar” deste universo que transforma tudo. Se até o corpo é passível de transformação, por que é que não se transformaria também a língua?

A utilização de muitos termos talvez mereça maior atenção de nossa parte, assim sendo, cabe dizer que quando nos referimos a “sexo”, estamos tratando de uma categoria sobre a diferença biológica entre homens e mulheres. “Gênero”, por sua vez, é a construção coletiva daquilo que comumente é tratado por “masculino” e “feminino”. “Identidade de gênero”, por seu turno, nos auxilia para refletirmos sobre o lugar ocupado pelos indivíduos numa dada sociedade, enquanto que “sexualidade” está atrelado às práticas e sentimentos relacionados à atividade sexual (GROSSI, 1998, p.15).

A sexualidade pode extrapolar a área das práticas e sentimentos e ir além, em relação à família, parentesco, constituinte da subjetividade e da identidade individual, social. Pode-se concebê-la como representação, desejo ou apenas como uma atividade, ou um comportamento (PISCITELLI & GREGORI & CARRARA, 2004, p.13).

Se o termo “homossexual” como vimos não é uma unanimidade dentre os sujeitos, tampouco o é o uso das siglas que passaram a identificar o grupo.

Segundo Regina Facchini, em seu estudo realizado no Grupo Corsa de São Paulo, com o sugestivo título de “Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas”, há uma profunda discussão sobre a adoção das siglas. Para a autora, o termo “GLS”, que englobaria gays, lésbicas e simpatizantes, é uma criação de André Fischer e estaria associada – por vários setores do movimento – ao mercado (FACCHINI, 2005, p.265). Tal associação ao mercado ocorre porque o “S” serviria para incluir os “simpatizantes”, sujeitos não-GLBTs, porém freqüentadores de bares e boates destinados, via de regra, ao público amplo GLBT.

Já “GLT” seria um termo que evitaria essa associação com o mercado e manteria gays, lésbicas e transgêneros – os setores mais ativos – na vanguarda do movimento. Tanto que continua sendo a sigla utilizada pela ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

Um outro motivo para a não utilização de GLS era alegado pelos ativistas ao ilustrarem que não existia um movimento de negros e simpatizantes, ou movimento sem-terra e simpatizantes (FACCHINI, 2005, p.265).

Estes são debates que ocorreram ao longo da década de 1990, tendo origem em São Paulo e irradiando-se posteriormente para outras partes do Brasil, inclusive com a criação da sigla GLBT, que ocorreu após a viagem de um dos membros do Corsa, em 1998, para a conferência da InterPride, onde se discutiu a mudança do nome desta para International Association of Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Pride Organizers.

Ao retornar para São Paulo, este militante sugeriu a adoção da sigla GLBT por ser inclusiva e adotada internacionalmente (FACCHINI, 2005, p.267).

Segundo a mesma autora, com o surgimento da “Associação da Parada do Orgulho GLBT” no ano seguinte, o termo extrapola o Grupo Corsa e ganha maior visibilidade:

O uso da sigla GLBT foi aprovado, e, a partir daí, a sigla passou a ser utilizada em outras atividades e por grupos/organizações que mantinham relações de aliança com o Corsa. A Associação da parada, criada em janeiro de 1999, utilizava, desde o seu surgimento, a sigla GLBT, que o Corsa passou também a adotar a partir de então (FACCHINI, 2005, p.268).

Atualmente não se pode dizer que a utilização de GLBT seja uma característica daqueles e daquelas que possuam ligações com o Corsa ou com a Associação da Parada. Daquele período para a atualidade – uma diferença de cerca de 7 anos – muitas outras Paradas GLBTs foram organizadas em várias cidades do Brasil e o termo ganhou as ruas, as bocas e passou a ser um guarda-chuva reivindicativo mais amplo que homossexual. Entretanto, isso tudo não implica de modo algum em unanimidade.

Escolhemos utilizar “Movimento GLBT” neste trabalho - como já o fizemos em trabalhos anteriores – por verificarmos que os principais interessados possuem sérias restrições ao termo homossexual. Seria uma ingerência muito grande de nossa parte manter “Movimento Homossexual” quando os próprios sujeitos não convivem tranquilamente com o termo. Se “Movimento GLBT” é um termo mais plural, é assim que chamaremos o movimento. Claro que Movimento GLBT e Movimento Homossexual são sinônimos, não é essa a questão principal. Sempre que nos referirmos a um estamos nos referindo ao outro automaticamente, contudo, torna a academia muito mais próxima da realidade vivenciada pelo movimento, ao invés de se insistir num termo muitas vezes percebido como opressivo.

Reiteramos que o “Movimento GLBT” é múltiplo. Portanto utilizamos o termo no singular mas sabemos tratar-se de uma pluralidade, que envolve vários aspectos. Ou, em outros termos:

O movimento homossexual propriamente dito é um campo de atuação híbrido, ou seja, congrega uma série de iniciativas com formatos institucionais variados: grupos comunitaristas, setoriais de partidos políticos, ONGs, associações e, mais recentemente, até iniciativas de caráter religioso. (FACCHINI, 2005, p. 275).

Portanto, como não há consenso, preferimos utilizar “GLBT” e assim também chamar o movimento reivindicatório destes que assim se denominam, lembrando sempre que não pretendemos utilizar tal sigla de um modo estanque, fechado, elegendo esta como a única recomendável. Acreditamos sim que os movimentos têm autonomia e estão em constante transformação, o que implica em transformar inclusive o modo pelo qual se autodenominam e que gostariam de se ver reconhecidos.

4 AS ONGs GLBTs NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nosso objetivo de pesquisa é analisar o Movimento GLBT no Estado de Santa Catarina organizado e estruturado em ONGs. Para tanto, como não tínhamos conhecimento de muitas ONGs, recorreremos ao método chamado *snowball* (CF.HOUTZAGER *et alli*, 2004) para termos acesso às ONGs.

Iniciamos as consultas com as ONG ADEH –Nostro Mundo de Florianópolis, por ser uma ONG que possui como um dos principais objetivos atuar junto às “Questões GLBTs” e por ter sido por nós analisada em trabalho anterior (TAQUES, 2005). Utilizando-nos da técnica *snowball*, passamos a realizar novos contatos com a ONG ADEH e a partir dos dados obtidos nestas entrevistas passamos a dar os passos seguintes objetivando o maior número possível de contatos proporcionados. A partir da indicação de ONGs com trabalhos e objetivos similares aos da ADEH entramos em contato com cada uma delas, realizando visitas às cidades onde elas atuam e entrevistando seus representantes, procurando abarcar o maior número possível de ONGs em nossa análise. Cremos que conseguimos mapear todas as ONGs catarinenses que até o final de 2006 desenvolviam trabalhos ligados diretamente a GLBTs e/ou que realizaram este trabalho no passado, sempre seguindo as indicações apontadas pelas ONGs entrevistadas. Contudo, não ignoramos a possibilidade de que alguma ONG tenha sido fundada neste período objetivando “Questões GLBTs”, tampouco que alguma outra ONG previamente existente tenha passado a tratar destas questões. Porém, reiteramos que seguimos as orientações apontadas pelas ONGs analisadas e novamente atribuímos ao nosso campo a autoridade para melhor nos encaminhar.

A ONG ADEH nos passou o contato de três ONGs, na forma de endereços eletrônicos, sendo que apenas uma das mensagens foi respondida: A da ONG GATA-Grupo Associação das Transgêneros da Amurel, localizada em Tubarão, sul de Santa Catarina. Após os primeiros contatos via mensagem eletrônica, realizamos uma ligação telefônica perguntando se haveria a indicação de outras ONGs do conhecimento da GATA que tratassem sobre Questões GLBTs. Nos foi passado o contato telefônico da ONG Deusas da Noite, de Criciúma, também no sul do estado.

Em conversa com a representante da Deusas da Noite, repetimos a questão e nos foi passado o contato de uma ONG desativada em Joinville, região norte do estado (Filhos da Noite) e uma em processo de formação em Xanxerê, região oeste do estado (TRANSOESTE). Tentamos estabelecer contato com as duas, sendo que com a primeira não obtivemos sucesso. A representante da outra ONG disse estar viajando e que não haveria previsão de retorno, nem dela, nem das atividades. Mais tarde nos foi informado que se tratava de uma ONG-potencial, ainda em formação, não estabelecida.

Como tínhamos conhecimento do trabalho de algumas militantes em Blumenau, Vale do Itajaí, havíamos conseguido o contato telefônico de uma delas que estava num processo de formação de uma ONG, com o possível nome de TRANSBLU. Embora tenhamos conseguido esse contato sem as indicações prévias, num outro momento de entrevistas na ADEH esse foi um nome citado.

Em conversas com a TRANSBLU, soubemos da ATBC – Associação das Transgêneros de Balneário Camboriú e, em contato com a ATBC, fomos informados sobre a APROSVI – Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí, na mesma cidade.

Em outra entrevista com a ADEH, fomos informados sobre outras três ONGs: AEGLBTS-SC – Associação dos Empreendedores GLBTS de Santa Catarina, AGADH – Associação Grupo Amigos de Hoje e Instituto Arco Íris. O contato com a AEGLBTS-SC já havia sido feito previamente, através de um e-mail que fora encaminhado pela ONG à Universidade Federal de Santa Catarina.

A AEGLBTS-SC, por sua vez, nos passou o contato da AGLBT-SC – Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Santa Catarina.

A ONG Movimento Livre que fora objeto de estudo em trabalho anterior (TAQUES, 2005), não foi incluída no presente estudo por estar inativa atualmente¹.

Incluímos também o grupo de militantes de Blumenau que pretende formar uma ONG nos termos tradicionais e que, possivelmente, a chamarão de

¹ Do mesmo modo entramos em contato com o presidente do Movimento Livre que nos disse que a ONG não acabou, apenas não está ativa. Mas mesmo assim, foi ele que passou o contato com a representante da LBL – Liga Brasileira de Lésbicas em Santa Catarina, por sinal, ela também fizera parte da ONG Movimento Livre. Assim sendo, mesmo que não seja uma ONG em termos jurídicos como as outras, incluímos a LBL em nossa análise, até mesmo para entendermos as motivações que a tem levado a evitar se configurar como uma ONG.

TRANSBLU. Neste caso, a motivação maior para a inclusão foi para tentarmos entender o processo iniciador de uma ONG.

A ONG Filhos da Noite, de Joinville, não foi incluída no trabalho por estar desativada, mesmo motivo que ocasionou a não inclusão das ONGs Movimento Livre, de Florianópolis e Fazendo a Diferença, de Blumenau. A ONG em formação TRANSOESTE, de Xanxerê, não foi incluída porque ainda não se constitui como ONG e escolhemos a TRANSBLU como exemplo ilustrativo para tanto.

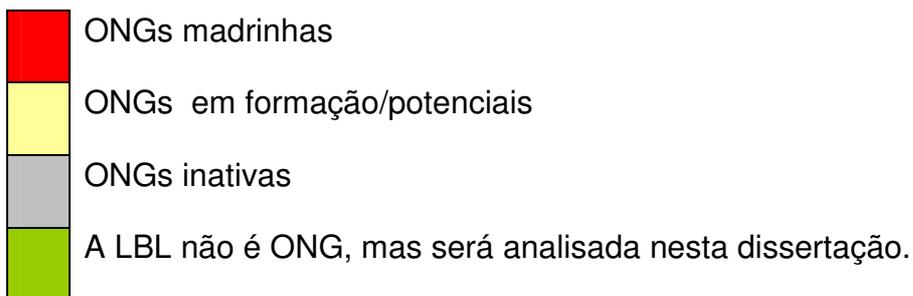
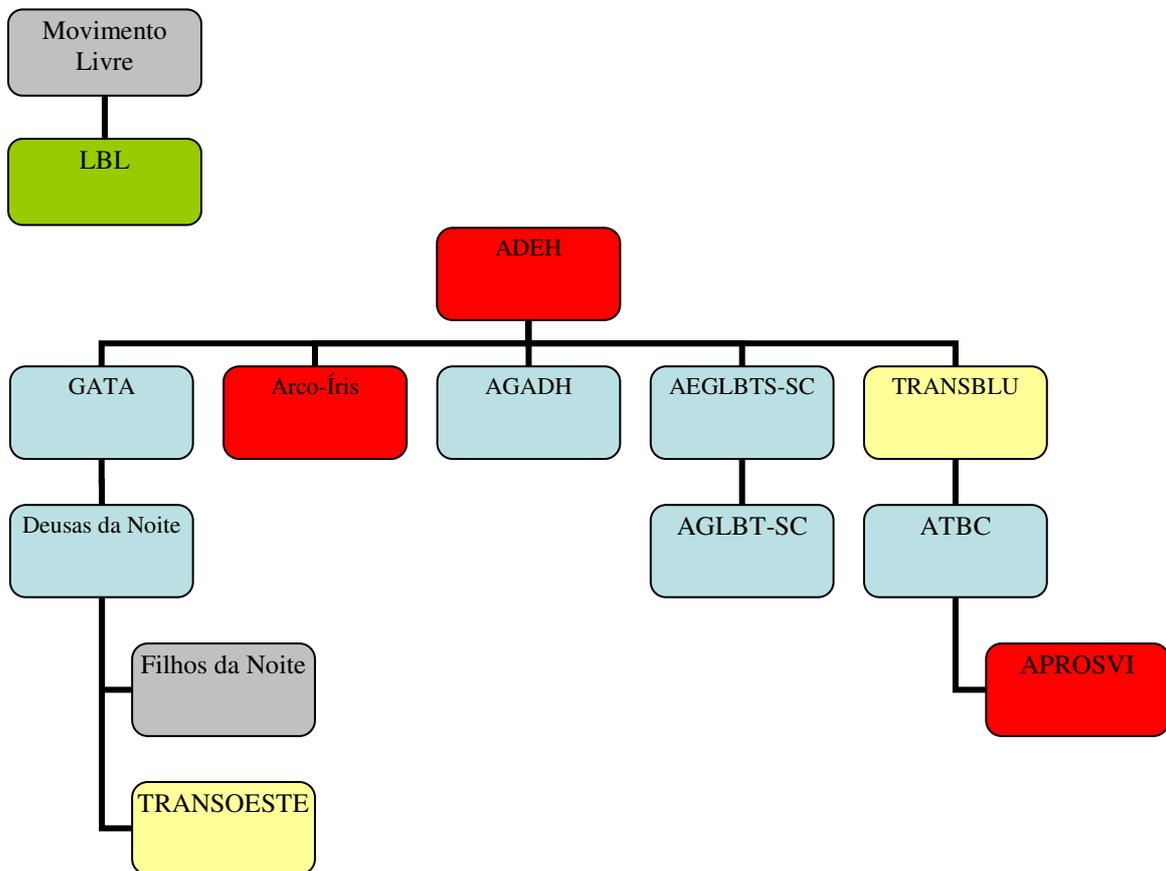
Diante disso, poderíamos agrupar as ONGs, partindo da ADEH, do seguinte modo:

- a) ONGs indicadas pela ADEH: GATA, Arco-Íris, AGADH, AEGLBTS-SC, TRANSBLU (Grupo);
- b) ONG indicada pela GATA: Deusas da Noite;
- c) ONGs indicadas pela Deusas da Noite: Filhos da Noite e TRANSOESTE;
- d) ONG indicada pela TRANSBLU: ATBC;
- e) ONG indicada pela ATBC: APROSVI;
- f) ONG indicada pela AEGLBTS-SC: AGLBT-SC;
- g) Grupo indicado pelo Movimento Livre: LBL.

Dentre as ONGs e grupos acima citados, apenas o Filhos da Noite e TRANSOESTE não foram analisadas pelos motivos apresentados. O mesmo valendo para o Movimento Livre e para o Fazendo a Diferença que são duas ONGs apontadas como inativas pelo restante das ONGs entrevistadas.

Embora tenhamos trabalhado com as ONGs citadas pelos nossos entrevistados, acreditamos que cobrimos o Estado de Santa Catarina. Contudo, não queremos com isso dizer que não possa haver outras ONG no Estado que não foram contempladas, bem como pode haver alguma que tenha algum trabalho voltado para GLBTs mas que não foi lembrada pelos nossos entrevistados.

Organograma das Indicações



ONGs que trabalham com a questão da prevenção de HIV/AIDS para o público amplo não foram analisadas porque abriríamos exageradamente a pesquisa, e o objetivo não era esse. Muitas (a maioria) das ONGs aqui citadas também trabalham com prevenção HIV/AIDS, mas para um público mais específico, objeto dessa pesquisa.

Duas ONGs foram incluídas em nossa análise não por seu trabalho presente, mas pretérito: Arco Íris, de Florianópolis e APROSVI, de Balneário Camboriú. As duas ONGs são consideradas por outras como “ONGs Madrinhas”, ou seja, foram elas as incentivadoras para o surgimento de novas ONGs.

Embora a APROSVI não trabalhe mais com questões GLBTs de um modo mais específico, cedeu espaço para o Centro de Referência em Direitos Humanos Serviço de Prevenção e Combate à Homofobia, instalado em novembro de 2006 em Balneário Camboriú. Entretanto, sem envolvimento com o Centro.

Assim, pretendemos neste capítulo iniciar a apresentação das ONGs com as quais realizamos entrevistas. Num primeiro momento, faremos uma breve apresentação de cada uma delas, para num segundo momento trabalharmos com as falas dos representantes de cada uma dessas ONGs, sobre os mais variados aspectos que dizem respeito tanto a ONG como seus objetivos.

Acrescentamos que a ordem de apresentação das ONGs segue a ordem de indicações, ou seja, iniciamos com a ADEH que foi nosso primeiro contato e seguimos sucessivamente o quadro de ONGs indicadas.

4.1 Apresentação das ONGs

- ONG indicadas pela ADEH: GATA, Arco-Íris, AGADH, AEGLBTS-SC, TRANSBLU

ADEH NOSTRO MUNDO – ASSOCIAÇÃO DAS TRANSGÊNEROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A ONG ADEH nos concedeu três entrevistas, uma no dia 21 de Setembro, outra no dia 26 de Setembro de 2006 e a terceira no dia 12 de Fevereiro de 2007, isso sem contarmos com as entrevistas realizadas nos últimos dois anos para a realização da monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais (TCC), no ano de 2005.

A ADEH é considerada como uma “ONG Madrinha” haja vista impulsionar o desenvolvimento de outras similares no interior de Santa Catarina, como é o caso das ONGs “GATA – Tubarão” e “Deusas da Noite”, esta de Criciúma.

Se a ADEH hoje pode ser percebida de tal forma, ela também é uma ONG que conta com uma “ONG Madrinha”, neste caso a ONG “Arco Íris” que apresentaremos mais adiante.

A ADEH é uma ONG com trabalhos voltados, primordialmente, para as transgêneros, sendo que seu trabalho ultrapassou os limites da Grande Florianópolis e atingiu outros municípios, principalmente pela parceria com a PACT do Brasil, que financiou um projeto de prevenção. Atualmente a ONG conta com cerca de 6 pessoas ativas (outras 6 no projeto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos), sendo que, no passado, quando contava com projetos financiados, seja pela PACT ou pelo Governo Federal, via Ministério da Saúde, o número de participantes era bem maior. Com poucos recursos atualmente, a ONG trabalha em condições bastante diferenciadas daquelas no passado. Contudo, persiste com o trabalho voluntário, especialmente nas ruas, onde além da distribuição de preservativos, se procede os encaminhamentos para a rede pública de saúde. Os trabalhos burocráticos são realizados na sede alugada da ONG todas as tardes.

No período das nossas entrevistas, a ONG iniciou uma parceria com alunas da Universidade Federal de Santa Catarina, para que estas realizassem trabalho voluntário na ONG. Esta é uma parceria destacada num ano onde as parcerias foram diminuindo em função do término dos projetos, em especial do “Projeto Luar” que foi firmado com a PACT do Brasil, onde a ADEH trabalharia prevenção em vários municípios de Santa Catarina, como Florianópolis, Criciúma, Joinville, Tubarão, Blumenau e Xanxerê. A partir desse trabalho é que algumas ONGs, como as de Tubarão e Criciúma, ganharam fôlego e outras começam a se formar como é o caso da TRANSBLU em Blumenau, que veremos adiante, e a TRANSOESTE que também está em processo de formação.

No âmbito das relações com outros grupos e instituições, as mais destacadas são a ONG Arco Íris, a ONG Estrela Guia, com a qual elas dividem a sala alugada, as transgêneros de vários municípios do Estado de Santa Catarina, Fórum Catarinense de ONG/AIDS, as transgêneros da Região Sul e a ANTRA – Articulação Nacional das Transgêneros. Também são lembrados o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura, sendo que, neste último, a presidente da ADEH representa as transgêneros via a ANTRA.

O relacionamento com o Programa Estadual de DST/AIDS é bastante conturbado, segundo nossa entrevistada já com o Programa Municipal é tranqüilo.

Como em todas as ONGs pesquisadas, não há remuneração dos membros, apenas em caso de projeto, podendo receber como coordenadores de projeto ou agente de saúde.

As maiores conquistas citadas são a mudança de conduta por parte das transgêneros e a maior politização delas, especialmente as do interior que passam a criar as ONGs locais.

As trocas de experiência e as relações em rede ocorrem normalmente através da ANTRA que, via internet, comumente propicia as trocas de informações e conhecimentos.

Embora não seja exclusiva de transgêneros, a ADEH as privilegia como público. O problema impeditivo de não-transgêneros seria a possibilidade de preconceito para com elas.

Recentemente, a ADEH firmou parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e implementou na sede da ONG o “Centro de Combate a Violências GLBTTT da Grande Florianópolis”. Contando com profissionais da área do direito, psicologia e serviço social, o objetivo é combater as violências de gênero na Grande Florianópolis, proporcionando apoio jurídico às vítimas e informando a população sobre seus direitos. O combate às violências se dará de várias formas, desde a violência física até o comportamento de setores da imprensa que tratam de modo preconceituoso os GLBTs, de modo especial as transgêneros. Para breve, pretende-se a criação de um banco de dados com informações sobre violência de gênero na Grande Florianópolis.

Os profissionais que trabalham no projeto foram selecionados através de edital e o projeto, renovável, é da ordem de 70 mil reais.

GATA – GRUPO ASSOCIAÇÃO DAS TRANSGÊNEROS DA AMUREL

No dia 23 de setembro de 2006, partimos para a cidade de Tubarão, no sul do Estado de Santa Catarina, a fim de entrevistar uma representante da ONG GATA – Tubarão.

A GATA é uma ONG recente, atuando desde 2005, mas com membros que realizam trabalhos de prevenção há algum tempo. Tem sua origem mais demarcada a partir de 2004 quando algumas transgêneros de Tubarão promoveram o “Miss Gay”, um evento que marcou, por ser inovador e render comentários. Após este fato, algumas delas se unem (uma das fundadoras já conhecia movimento semelhante no Estado do Mato Grosso) e entram em contato com a ONG ADEH de Florianópolis, que lhes presta o apoio inicial para a criação da ONG. Em parceria com a ADEH, também foi realizado por um ano em Tubarão o “Projeto Luar” que foi financiado pela PACT do Brasil e duas participantes da GATA foram inclusas como agentes de saúde.

Sua estrutura interna é formada por Presidente, Tesoureira, Secretária e Conselho Fiscal, sendo uma organização exclusiva para transgêneros. Um fato interessante caracteriza a GATA: Sua presidente foi embora para a Espanha, mas as membros decidiram não destituí-la do cargo e sim, esperar o prazo regimental e em 2007 realizar novas eleições.

Segundo nossa entrevistada, o trabalho da ONG – que é bastante recente – conseguiu grande notoriedade em Tubarão e região, desde as delegacias ao Fórum de Direitos Humanos. Nas reuniões promovidas pela ONG, a participação é de algo entre 10 e 15 transgêneros, sendo que são cerca de 30 no município. A ONG possui parceria com uma advogada que entrou com processo para conseguir cidadania brasileira para uma transgênero uruguaia, sendo que o trabalho desta advogada é voluntário. Não apenas nesse caso, mas caso alguma transgênero deseje modificar seu nome na documentação (passa-lo para o feminino) a advogada também levará a questão adiante sem custos.

No ano de 2006, a ONG GATA, em parceria com a ONG Deusas da Noite de Criciúma, tentou que um projeto fosse financiado pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Santa Catarina e não conseguiu. O objetivo deste projeto foi realizar um censo sobre as transgêneros da região sul de Santa Catarina, contemplando idade, escolaridade, quais tinham companheiro, se haviam contraído alguma DST, etc. Segundo nossa entrevistada, seria fundamental um trabalho como esse, pois via de regra as transgêneros são contabilizadas como homens em qualquer levantamento estatístico, e num trabalho como esse, as duas ONGs conseguiriam dados substanciais e específicos sobre transgêneros.

Dentre os objetivos da ONG, a prevenção figura como o principal, sendo que também é apontado como uma vitória o retorno de 5 transgêneros para os bancos escolares. A luta por espaços que não sejam apenas os “da noite” é um objetivo forte:

Sabe-se que a maior parte das travestis e das transexuais elas vivem muito na noite, são poucas as que vivem no dia. As pessoas não identificam muito, porque elas não usam os espaços do dia para o trabalho, para o lazer, para a vida social, mais é a noite, então, elas são sujeitos da noite. As pessoas enxergarão uma travesti lá no ponto, lá na noite, não queríamos garantir apenas esse espaço. Como você vê eu sou diferente pois eu vivo nesse espaço do dia, eu leciono, as pessoas me vêem, me identificam, me apontam. Noutras cidades as trans são cabeleireiras, as pessoas vêem no dia-a-dia, não é o caso de Tubarão, o que há é a presença minha. Todas as outras trans que eu conheço trabalham na noite.

A nossa entrevistada é transgênero e também professora, atuando na educação de jovens e adultos, graduada e pós-graduada, fenômeno não muito comum, tanto que ela aponta este fator como uma “diferença”. O fato das transgêneros circularem mais a noite que de dia é colocado como um impeditivo de sua visibilidade e uma das propostas da ONG GATA é justamente trazer um outro tipo de visibilidade, ou melhor, a “invisibilidade” da noite vir a ser ocupada também pela “visibilidade” do dia. Neste sentido, mesmo aquilo que por muito poderia ser considerado constrangedor como no trecho “as pessoas me vêem, me identificam, me apontam”, é eleito como uma conquista, como uma vitória. Nesta perspectiva, a visibilidade é posta como um bem maior.

A partir do trabalho da ONG, segundo nossa entrevistada, as transgêneros passaram a ser “mais cidadãos”, alugando imóveis, adquirindo automóveis, diminuição de piadinhas nas ruas. De qualquer modo, é apontado para o futuro o espaço-tempo onde as conquistas mais profundas se darão.

Muito embora seu trabalho seja reconhecido, a ONG não possui sede própria, as reuniões são sempre nas casas das participantes, haja vista não contarem com recursos para o aluguel.

O ano de 2007 é aguardado com ansiedade, pois a região sul de Santa Catarina sediará o Encontro Regional de Transgêneros do Sul do Brasil, e será a

primeira vez que este encontro não se realizará numa capital da Região Sul e sim no interior de um Estado, neste caso em Criciúma. É percebido como um momento onde várias Questões GLBTs serão discutidas, momento de novos ares.

Aqui também um dos maiores empecilhos é a falta de recursos. Para a nossa entrevistada, faltam incentivos para as ONGs, especialmente aquelas que trabalham com transgêneros. Recentemente foram procuradas por uma clínica de renome nacional que oferece serviços de estética, assim sendo, buscar-se-á em contrapartida o apoio dessa clínica para algum trabalho da ONG. Como em todas as ONGs consultadas para este trabalho, a GATA também não remunera seus membros. Há remuneração apenas na existência de projetos e, neste caso, recebem como agentes de saúde e é o projeto que financia, não a ONG.

As relações com o governo municipal não são satisfatórias, já que a Coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS dá respaldo para outra ONG e não à GATA, segundo a entrevistada.

As relações que a GATA mantém com outras ONGs apontadas são: ADEH e Instituto Arco-Íris de Florianópolis, Deusas da Noite de Criciúma, APROSVI de Balneário, e os GAPAs de Tubarão e de Criciúma. No ENTLAIDS (Encontro Nacional de Transgêneros que Atuam na Prevenção a AIDS) a GATA também é convidada.

Os momentos de troca de experiências são os encontros, principalmente os regionais, sendo que as transgêneros locais sempre são convidadas a participar deles também, pois apenas com a presença e a participação delas é que pode haver modificações, segundo nossa entrevistada.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS

A ONG Instituto Arco-Irís, entra em nosso trabalho não por ser uma ONG que trabalha com Questões GLBTs, mas pelo fato de ser considerada uma “ONG Madrinha”, assim como a APROSVI de Balneário Camboriú. Arco-Íris propiciou que a ADEH voltasse as atividades após alguns anos inativa.

Em 1997 o Instituto Arco-Íris foi fundado, sendo que a proposta era, segundo nossa entrevistada (em entrevista concedida no dia 06 de outubro de 2006) realizar

um trabalho de prevenção ao HIV diferenciado daquele que se fazia em Florianópolis a época. Segundo a entrevistada, os trabalhos desenvolvidos até então não eram voltados para o campo, para a rua, eram mais restritos. O Arco-Íris inicia esse estilo em Florianópolis e implementa o projeto “Boca da Noite Travesti”, voltado para a prevenção de transgêneros. Como a epidemia avançava e atingia também as mulheres, desenvolveu-se o “Boca da Noite Mulheres”. Dessas duas experiências, o Arco-Íris incentivava que a própria população participasse dos projetos, tanto que, mais tarde as pessoas que desenvolviam o “Boca da Noite Mulheres” originam a ONG Estrela Guia, voltada para mulheres profissionais do sexo e as coordenadoras do “Boca da Noite Travesti” reavivam a ONG ADEH. O projeto “Boca da Noite” foi reconhecido como um dos 10 melhores programas de prevenção da América Latina e do Caribe, rendendo inclusive convite por parte de programas de prevenção em outros estados para que houvesse consultoria.

Atualmente, o Instituto Arco-Íris desenvolve trabalhos relacionados a prevenção no presídio feminino. Segundo nossa entrevistada, a articulação que deu origem ao Fórum Catarinense de ONG/AIDS se deveu, em grande parte, as articulações do Arco-Íris, que acaba culminando como exemplo de práticas de trabalho em prevenção para todo o Estado de Santa Catarina. Uma das grandes conquistas é a fala de um membro da ONG no Programa Nacional de DST/AIDS sobre a necessidade de Santa Catarina receber uma quantidade mais significativa de verbas para a prevenção, haja vista os elevados índices que o Estado ostenta de contaminação. A partir disso, o volume do repasse do Ministério da Saúde para o Estado ganha um reforço significativo. Este mesmo membro, na atualidade, é Secretário Geral da Comissão Nacional de AIDS.

Na data da entrevista, sem projetos financiados, a ONG conta com cerca de 10 pessoas, estabelecida numa sede cedida pela Universidade Federal, no centro de Florianópolis. O espaço é compartilhado com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua e em 2007 passa a abrigar a ONG AGADH.

A estrutura da ONG é formada por Presidente, Secretário Executivo e Secretário Financeiro, mais 3 pessoas do Conselho Fiscal. Não há remuneração para os membros da ONG e os recursos com que se trabalha são os de doações. Para participar da ONG não há empecilhos, desde que, com um preparo prévio, haja vista que se trabalhará com situações que exigem a ausência de preconceitos.

Realizam palestras, encaminhamentos e oficinas. A intenção inicial é recomeçarem em breve os trabalhos no presídio feminino.

As principais parcerias citadas são os movimentos sociais e os sindicatos. As ONGs que fazem parte do Fórum Catarinense de ONG/AIDS (algo entre 30 e 50 ONGs) também são lembradas, sendo que o Instituto Arco-Íris ocupa a Secretaria Executiva.

AGADH – ASSOCIAÇÃO GRUPO AMIGOS DE HOJE

A ONG AGADH foi fundada em 2006, sendo presidida por um voluntário do GAPA. Por sinal, a sede provisória da AGADH à época das entrevistas era no GAPA de Florianópolis.

Sua diretoria é formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e membros dos Conselhos Fiscal e de Ética.

Segundo nosso entrevistado, em entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2006, a AGADH surgiu em decorrência da inatividade do Movimento Livre, que trabalhava com homossexuais masculinos. Restava a ADEH, mas seu trabalho era principalmente direcionado para as transgêneros. O grupo formador da AGADH pesquisou e não encontrou outra ONG em Florianópolis com aquele perfil e criaram a ONG AGADH. Mesmo havendo a AEGLBTS-SC antes da AGADH, nosso entrevistado lembra que não havia uma ONG com o perfil mais próximo do Movimento Livre que tratava da prevenção ao HIV. Portanto, percebe-se que se trata de uma ONG que pretende preencher a lacuna deixada pelo Movimento Livre.

No período das entrevistas para a dissertação, a ONG dividia espaço com a sede do GAPA, atualmente passou a dividir espaço com a ONG Arco-Íris. Os recursos financeiros são próprios da diretoria, sendo que a ONG vem buscando apoios, principalmente de políticos recém eleitos para apoiar na sua consolidação.

As principais parcerias citadas são o GAPA, CLAM, UERJ, ABIA, Pela Vidda do Rio de Janeiro, Nuances de Porto Alegre, Grupo Dignidade do Paraná, As Universidades UFSC e Estácio de Sá e as casas noturnas que permitem o trabalho de prevenção.

A ONG, segundo nosso entrevistado, encontra-se aberta para novos participantes e para quem também desejar apresentar novos projetos.

A EGLBTS-SC – ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDERORES GLBTS DE SANTA CATARINA

Em entrevista concedida no dia 19 de outubro de 2006, o representante da A EGLBTS-SC nos disse que a ONG surgiu para realizar a “Parada da Diversidade” que ocorreu em julho de 2006 em Florianópolis:

A Associação nasceu com a missão de fazer a Parada, que aconteceu em 9 de julho deste ano. A idéia da Parada nasceu a partir do Pop Gay, junto aos empresários que patrocinavam o Pop Gay, que são casas noturnas, voltadas para o público GLBT. Os empresários inicialmente tinham a idéia de patrocinar a parada sem nenhuma instituição por trás, nada formalizado. Veio a idéia de formalizar uma instituição, nos moldes do que aconteceu em Curitiba, que foram grande parceiros nossos, o Grupo Dignidade. Por eles fomos orientados a constituirmos uma instituição, não só para defender a parada, realizar a parada, como também outras atividades. Isso vem se desenrolando desde dezembro de 2005 que é quando foi fundada oficialmente a associação. Mas de trabalho temos mais de um ano e meio.

Portanto, como exposto na fala do entrevistado, a ONG surge para realizar a Parada e conta, para tanto, com o apoio de outra instituição, neste caso o Grupo Dignidade de Curitiba, que realiza a Parada na capital paranaense há alguns anos.

O “Pop Gay”, mencionado pelo entrevistado, é um evento que ocorre durante o carnaval, na rua Hercílio Luz, centro de Florianópolis. É realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e consiste num concurso de beleza transgênero. Logo após o concurso, há um show de alguma personalidade reconhecida pelo público GLBT.

Não existem estimativas oficiais, mas pelo número de assistentes durante o “Pop Gay”, acredita-se que há um grande afluxo do público GLBT para a Ilha de Santa Catarina durante o Carnaval, o que, portanto, explica em partes a associação de idéias dos organizadores entre “Pop Gay” e “Parada”, haja vista a primeira atrair um público considerável.

Da ONG fazem parte 12 membros, distribuídos nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo-Secretário, Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e o Conselho de Ética e o Conselho Fiscal. Os encontros são públicos e ocorrem na segunda quarta-feira de cada mês, com uma participação de aproximadamente 20 pessoas, segundo o presidente.

A sede da ONG fica num estabelecimento voltado para o público GLBT e os encontros se dão num horário que não há atividade (período da manhã). Pretende-se para 2007 o aluguel de uma sede no centro de Florianópolis.

Os objetivos da ONG são amplos, desde a defesa e promoção dos direitos humanos à realização de atividades como a Parada. Um dos objetivos relacionados às “Questões GLBTs” é pressionar por leis em benefício de GLBTs. Mesmo sem ainda contar com uma sede ampla, a AEGLBTS-SC fará a capacitação da rede hoteleira florianopolitana e de restaurantes, para atender GLBTs. Posterior a esse trabalho, a ONG pretende pôr em prática as “caravanas” pelo interior do Estado de Santa Catarina, realizando mini-paradas nas diversas regiões do Estado.

Os Ministérios da Cultura e da Saúde apresentam editais próprios para Paradas, sendo que a AEGLBTS-SC teve seu pedido de recursos aprovado para a Parada de 2006. Contudo a verba seria liberada em data posterior ao evento, o que acabou impedindo a ONG de consegui-lo.

Como em todas as outras ONGs analisadas, a AEGLBTS-SC também não remunera seus membros, e neste caso, apresenta como uma das maiores dificuldades a falta de recursos financeiros. Na tentativa de sanar este problema, está sendo aventada a possibilidade de colocar uma tenda que venderá acarajés na beira-mar norte, para se levantar fundos que servirão para pagar o aluguel da futura sede. Tais ações seriam efetivadas por duas militantes lésbicas da ONG.

No âmbito das parcerias, as destacadas são as com o Grupo Dignidade de Curitiba, Nuances de Porto Alegre, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Epidemiológica, e a ABGLT a qual eles estão se filiando.

O maior feito destacado pela ONG foi a realização da Parada que, segundo nosso entrevistado, reuniu cerca de 30 mil pessoas. Também a “Casa da Diversidade” num edifício público, na Praça XV de Novembro, centro de Florianópolis, na semana que antecedeu a Parada foi adaptada para receber artistas

GLBTs, realizar exposições de artes, peças de teatro e shows, contou com cerca de 10 mil pessoas.

A instituição é aberta para o público em geral, já que, segundo o entrevistado, a Parada não tem dono, o público é que o seria.

TRANSBLU

A TRANSBLU, oficialmente, como ONG constituída, ainda não existe: trata-se de uma intenção de vir a existir. Mesmo não sendo uma ONG constituída, optamos por incluí-la em nosso trabalho, como um exemplo de ONG em formação, assim como existiriam outras no Estado de Santa Catarina que estão, mais ou menos, nesse estágio. Como exemplos citaríamos a TRANSOESTE em Xanxerê que também encontra-se num processo de consolidação, sendo que, neste caso, já buscando apoio de outras ONGs para se basearem nos estatutos, etc.

TRANSBLU não é um nome definitivo, segundo nossa entrevistada. Pensa-se em nomear a ONG, quando de sua consolidação, com esse nome, ou talvez, PUPPY, que seria algo próximo de “garota” em alemão.

Atualmente são 4 pessoas envolvidas em trabalhos de campo, principalmente ligados à prevenção e distribuição de preservativos e encaminhamentos médicos. Segundo nossa entrevistada, que fazia parte da ONG Fazendo a Diferença de Blumenau, que por sua vez foi responsável pela realização de 3 Paradas GLBTs naquela cidade e depois deixou de existir, há uma carência em trabalhos preventivos. Com o fim da Fazendo a Diferença, houve uma parte da população descoberta e ela continuou voluntariamente os trabalhos.

Os recursos com que o grupo trabalha são próprios, com exceção de passes de ônibus que a Prefeitura Municipal de Blumenau concede e os preservativos.

Caso venha a se consolidar, a TRANSBLU também poderá reconhecer a ADEH como uma “ONG madrinha”, já que nossa entrevistada era uma agente de saúde á época do projeto financiado pela PACT e considera a ADEH como um ONG exemplo a ser seguido.

- ONG indicada pela GATA

DEUSAS DA NOITE – CRICIÚMA

A ONG Deusas da Noite atua desde 2003 em Criciúma. Presidida por uma transgênero, passa por um momento de reformulação. Não se trata de uma reformulação nos objetivos, mas no próprio nome. Segundo a nossa entrevistada, pretende-se mudar o nome “Deusas da Noite” para outro, talvez “Liberdade”. A mudança seria ocasionada para se retirar o foco “da Noite” já que as transgêneros não querem viver apenas “a noite”, mas também “o dia”.

O início da Deusas da Noite se deu através dos convites que o programa de DST/AIDS do Município de Criciúma fazia para participar dos encontros, tanto os de Criciúma como aqueles realizados em Florianópolis. A presidente da ONG conheceu a ADEH e convidou seus membros para irem a Criciúma e auxiliarem na implementação da ONG. Essa parceria entre as duas ONGs persiste na atualidade. Durante o convênio com a PACT firmado pela ADEH, a Deusas da Noite também teve uma agente de saúde financiada pelo projeto.

A estrutura interna da ONG é bastante enxuta, com Presidente, Secretária e uma Tesoureira. Até o momento da entrevista (realizada no dia 24 de outubro de 2006) a ONG não tinha sede, sendo que estava sendo providenciado o aluguel de um espaço pela diretoria, onde funcionará a sede. O aluguel e demais gastos disto decorrentes serão pagos do próprio bolso pela diretoria.

Recentemente foi aprovado um projeto financiado pelo Estado e que será realizado em parceria com outra ONG da cidade vizinha a Criciúma, Cocal do Sul. É um trabalho que, além de prevenção a DST/AIDS, contará com Psicólogo e Assistente Social, sendo que estes profissionais serão contratados pelo projeto.

Os objetivos da ONG são a prevenção e trabalhar a auto-estima das transgêneros. Como a maior parte das transgêneros de Criciúma moram na mesma casa, a intervenção, via de regra, se faz no local de moradia delas, assim como as reuniões. Quanto aos trabalhos nas ruas, eles extrapolam Criciúma e atingem os municípios vizinhos, como Cocal do Sul e Içara. Com esse novo projeto, pretende-se elaborar um material informativo exclusivo para transgêneros.

Considerado uma vitória na região é o fato de que quando uma transgênero é levada para um hospital, a ONG conseguiu que elas sejam tratadas no feminino e

sejam internadas na ala feminina. Tal feito é apontado como uma conquista considerável, haja vista isto não ocorrer comumente noutras parte do Brasil. Segundo nossa entrevistada, a paciente já está debilitada pela doença e, como se isso não bastasse, tem que se submeter a situações constrangedoras desde a portaria onde tem que se reafirmar com o nome masculino e dividir com os homens a ala masculina, rendendo constrangimentos tanto para as transgêneros como para os homens, implicando isso, num agravamento do quadro.

A ONG Deusas da Noite está se preparando para sediar o Encontro Regional de Transgêneros que em 2007 será em Criciúma. Além da importância do evento que reunirá parcela significativa das transgêneros do sul do Brasil, a ONG atingirá uma visibilidade maior dentre suas pares. Se isso não bastasse, é a primeira vez que o encontro ocorre fora de uma capital.

As principais parcerias citadas são a ADEH, ADESP de Cocal do Sul e GIVI de Içara, Programa de DST/AIDS do Município de Criciúma, o GAPA de Criciúma e a UNOESC, que oferece os serviços de advocacia utilizados pela ONG. As relações com o Estado (nas três esferas) são consideradas boas. No caso de Criciúma parece haver um relacionamento amistoso entre a ONG e a administração. Sempre que há reuniões chamadas pelos órgãos competentes a ONG se faz presente, inclusive na data da entrevista ocorrera uma reunião para definir as atividades do dia 1 de dezembro, dia mundial de luta contra a AIDS.

Os trabalhos de auto-estima e sensibilização ocorrem de modo discreto, mas eficiente. Segundo nossa entrevistada, as transgêneros são orientadas a assumir um comportamento cordial e propositivo, frente as mais diversas situações. Um exemplo citado é o da abertura de crediário numa loja. Elas são orientadas a dizer seu nome masculino, mas também dizer que preferem ser chamadas pelo seu nome feminino, afinal, aquele é o nome de batismo, mas elas gostam de ser tratadas pelo nome feminino. Atitudes pequenas como essa, implicam num posicionamento outro diante das várias atitudes, assim como redundam numa melhora na auto-estima e, conseqüentemente, a visibilidade alcançada é bem menos preconceituosa.

A ONG está voltada para as transgêneros, principalmente para profissionais do sexo. Contudo, qualquer caso que envolva as outras letras da sigla GLBT a ONG está pronta a atender, bastando para isso ser procurada.

As trocas de experiência ocorrem principalmente entre ONGs com objetivos semelhantes, como a “ONG Madrinha” ADEH e a GATA Tubarão, com a qual um projeto foi elaborado mas que não foi desenvolvido por não ter sido aprovado. No momento da entrevista, iniciava-se a criação de uma ONG em Xanxerê, chamada TRANSOESTE sendo que a Deusas da Noite havia emprestado seu estatuto para servir como modelo no desenvolvimento do seu próprio.

- ONG indicada pela TRANSBLU

ATBC – ASSOCIAÇÃO DE TRANSGÊNEROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

A história da ATBC, embora recente, está atrelada à história de sua fundadora Mirna de Buarki. No final da década de 1980, período de forte repressão às travestis, Mirna foi presa, teve sua cabeça raspada e foi posta algemada ao lado de um camburão vestindo cueca, coturno e com o rosto pintado. A partir disso, Mirna conseguiu mobilizar alguns setores da sociedade local e o comando da polícia de Balneário foi mudado. Este é o período que marca o início de seu ativismo.

No ano 2000, um grupo que havia se iniciado no período das perseguições decide por formalizar a situação e se estabelecer como ONG, dando início à APROSVI – Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí. Mais adiante, trataremos sobre a APROSVI, no sentido dessa ONG ser considerada uma “ONG madrinha” (tendo como sua equivalente em Florianópolis o Instituto Arco-Íris), pois possibilitou o surgimento da ATBC.

A ATBC existe desde 2005 e surge para contemplar as transgêneros que não eram/são profissionais do sexo, haja vista o grupo de profissionais do sexo – tanto transgêneros, como garotos de programa e mulheres – fazer parte da APROSVI. O mesmo não ocorria com as transgêneros que não eram profissionais do sexo, portanto, segundo a entrevistada, havia uma outra população, com um perfil diferente, a ser contemplada.

Segundo a entrevistada da ATBC, em entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2006 em Balneário Camboriú, fazem parte da ONG 26 transgêneros. Entretanto, não é uma obrigatoriedade ser transgênero para fazer parte da ONG e sim, ser militante. Possibilidades de participação e convite são normalmente feitos no ambiente de trabalho das transgêneros, quando há convite para a participação

em reuniões e para uma maior interação do grupo. Esta é uma tática recorrente nas ONGs mais voltadas para o público “T”. Uma das motivações apontadas pelas entrevistadas é o fato delas conhecerem a maioria das transgêneros de suas cidades, o que facilitaria a abordagem e o convite.

A estrutura interna é constituída por: Presidente, Secretária Executiva, duas pessoas no Conselho Fiscal e um diretor financeiro.

Como em todas as ONGs que consultamos, a ATBC também não remunera seus membros e trabalha com recursos oriundos de doações, sem nenhum projeto financiado na data da entrevista. Sua sede fica na residência da presidente.

Um dos principais objetivos a ser trabalhado pela ATBC é a cidadania, sendo que, para nossa entrevistada, tudo começa com o governante eleito. Para ela, o Brasil está vivendo um momento de maior abertura para as Questões GLBTs. No momento, as principais ações são, segundo a entrevistada, trabalhos de cidadania, encaminhamentos médicos e entrega de preservativos.

Quanto às conquistas já alcançadas, a entrevistada diz que:

Por exemplo, as trans aqui em BC, já freqüentam os clubes, restaurantes, hotéis. Já podem sair na rua de cabeça erguida. Porque já não tem mais aquele preconceito, quer dizer, ter preconceito tem, mas nós combatemos.(...)Na realidade, nós estamos obrigando a sociedade a saber que nós fazemos parte dessa sociedade.

No âmbito das parcerias, como a ONG é recente, as principais citadas são com a APROSVI, ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros, UNIVALI, o Ministério da Saúde e as outras ONGs do Estado, como a ADEH de Florianópolis, GATA de Tubarão, Deusas da Noite de Criciúma e a TRANSBLU de Blumenau que, como veremos, ainda não se constitui numa ONG, embora seja objeto de análise neste trabalho. De todas essas parcerias, a ANTRA é aquela que possibilita maiores contatos com outras ONGs, já que se trata de uma articulação em rede com cerca de outras 486 associações espalhadas pelo Brasil, segundo a entrevistada.

A ONG ATBC se empenhou em conseguir trazer para Balneário Camboriú o primeiro “Centro de Referência em Direitos Humanos Serviço de Prevenção e Combate a Homofobia”, do Estado de Santa Catarina. Como a ATBC não tem sede,

possivelmente a APROSVI cederia parte de sua sede para o funcionamento do Centro. Mais adiante pormenorizaremos essa questão.

- ONG indicada pela ATBC

APROSVI – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO DO VALE DO ITAJAÍ

A APROSVI, assim como o Instituto Arco-Íris e a ADEH, é analisada como uma “ONG Madrinha”, ou seja, uma ONG que possibilitou o surgimento de outra, seja por ex-membros, ou mesmo por exemplo de seu trabalho realizado. Neste caso, a “ONG amadrinhada” seria a ATBC que é criada por Mirna, membro-fundadora da APROSVI.

A entrevista, realizada no dia 14 de setembro de 2006 em Balneário Camboriú, nos foi concedida por uma voluntária da ONG que (e esta é a única exceção em nosso trabalho que procurou ouvir apenas membros da diretoria das ONGs) não faz parte da diretoria, mas está todas as tardes na sede da ONG, sendo autorizada a falar por ela.

A APROSVI foi fundada em 2000, com a união de um grupo que percebia os problemas ligados a profissionais do sexo, especialmente em Balneário Camboriú, como questões de ponto, violência policial, cobranças de pedágios. O objetivo era ser peculiar, ir além da questão da prevenção e buscar a intervenção direta na realidade das ruas.

Sua diretoria é composta por 6 pessoas, Presidente, Secretária Executiva e Diretoria Financeira e outras 3 no Conselho Fiscal. Apesar de seu cadastro contar com cerca de 300 associados, o índice de participação não atinge o número total de associados. Existe abertura para a participação na ONG, sendo que, para a diretoria há um privilégio por profissionais do sexo. Pode-se associar como profissional do sexo ou como alguém da comunidade. A intenção é que haja maior participação, principalmente nas assembleias, já que se trata de um espaço de deliberação. A fala do sujeito sempre é a mais importante, segundo a entrevistada.

Desde julho de 2005 a ATBC não tem projeto financiado e vem recebendo apenas insumos (preservativos). Existe parceria com alguns municípios e um dos maiores objetivos é atrair associados mais comprometidos.

A sede da APROSVI é alugada e está aberta todas as tardes. Desde o início pensou-se num espaço que fosse público, evitando que a sede ficasse na casa de algum membro. Para que passe a ser cada vez mais visível e reconhecida, evita-se a mudança de endereço.

A ausência de projetos financiados é apontada como um dos maiores problemas para que os trabalhos sejam desenvolvidos a contento. No passado, os mais destacados foram o “Respeitando a Diferença”, voltado para HSH (sigla para Homens que fazem sexo com homens) e transgêneros, que se iniciou em 2001 e durou até 2005, numa parceria com o Ministério da Saúde. De 2002 à 2005 foi desenvolvido o projeto “Educando nas Ruas” que incentivava a organização de profissionais do sexo, no sentido de fortalecê-los.

As principais parcerias da ONG citadas pela entrevistada são com a UNIVALI, que envia alguns alunos bolsistas para realizar trabalhos na APROSVI, sendo que, neste caso, as pessoas passam por uma avaliação haja vista que trabalharão com um segmento bastante específico. De acordo com a entrevistada, não podem ser pessoas preconceituosas, por exemplo.

Também na APROSVI os membros não são remunerados. Um dos maiores problemas enfrentados pela ONG é o fato de trabalhar com uma população flutuante, por se tratar de uma cidade turística. De acordo com a entrevistada, alguns, principalmente os locais, têm uma consciência política, outros, atitudes mais individualizadas, outros percebem como perda de tempo. Já as garotas de programa, formam um público com muita dificuldade de envolvimento.

Embora não se trate de uma ONG cujo principal objetivo seja trabalhar com Questões GLBTs, há GLBTs em sua composição. Faz parte da ABGLT.

Como objetivos já alcançados, a entrevistada cita a continuação da existência da associação, apesar das oscilações. A ampliação de espaços e a conquista de cadeiras junto ao Conselho Municipal de Saúde e da Comissão Estadual de AIDS. E nos órgãos-chave onde a APROSVI não está, como na Comissão Nacional de AIDS e no Conselho Estadual de Saúde, se fazem representar por outros parceiros, neste ponto, a comunicação entre parceiros e sua ampliação é fundamental. Participam do Fórum Catarinense de ONG/AIDS.

As trocas de experiências ocorrem principalmente nos encontros, sejam eles estaduais ou nacionais, principalmente os ERONGs (Encontros Regionais de ONGs) e os ENONGs (Encontros Nacionais de ONGs).

Um tema polêmico trabalhado pela ONG é a questão de ser “profissional do sexo”. Segundo nossa entrevistada, há uma certa tensão entre os termos “profissional do sexo” e “prostituta”, sendo mais uma questão regional. Em algumas regiões do Brasil, há grupos que preferem ser tratados como “prostitutas”, e em outros - no caso de Balneário Camboriú (e verificaremos que em todas as outras cidades pesquisadas para esse trabalho no Estado de Santa Catarina) - o termo “profissional do sexo” é o privilegiado.

Em entrevista realizada em Fevereiro de 2007 nos foi informado que está em funcionamento o “Centro de Referência em Direitos Humanos de Santa Catarina: Serviço de Prevenção e Combate a Homofobia” e a sede é a sede da APROSVI. Assim como no caso da ADEH, o centro se propõe, com o auxílio de advogado, psicólogo e assistente social, combater a homofobia e preveni-la. O Centro é o primeiro de Santa Catarina, já que iniciou suas atividades em Novembro de 2006. Um fator de destaque do Centro em Balneário é o disque-denúncia. Um telefone (0800 6435559) que aceita chamadas 24 horas e que encaminha as denúncias para o setor jurídico. Embora já em funcionamento, o telefone está passando por um momento de maior divulgação, para que todos tenham conhecimento e não tenham receio em lançar mão dessa ferramenta contra a homofobia. Neste caso também os profissionais foram selecionados via edital e o valor do projeto de um ano será de 77 mil reais.

- ONG indicada pela AEGLBTS-SC

ASSOCIAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DE SANTA CATARINA – AGLBT-SC

A ONG AGLBT-SC foi fundada no início de 1999, após vários casos de assassinatos de homossexuais. Seu objetivo, daquele momento em diante, segundo nossa entrevistada, (em entrevista concedida no dia 26 de outubro de 2006) seria criar uma associação que viabilizasse os direitos de cidadania e diversidade a homossexuais.

Uma das primeiras ações da AGLBT-SC foi pedir para que a então deputada estadual Ideli Salvati (PT) que propusesse uma lei antidiscriminação para Santa Catarina. Isso foi feito, mas foi vetado duas vezes por dois governadores diferentes. O primeiro veto veio de Esperidião Amin (PP) e em seguida, Luis Henrique da Silveira (PMDB).

Da estrutura da ONG, fazem parte 15 pessoas, entre presidente, secretário, tesoureiro e conselhos fiscal e consultivo.

Uma peculiaridade da ONG AGLBT-SC é onde está sua sede: a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A Assembléia cede espaço e um computador. Mesmo com a mudança no legislativo, a ONG permanecerá na Casa, pois firmou um termo de compromisso com os deputados garantindo assim sua permanência no espaço.

Considerável parcela de suas conquistas ocorre no âmbito legislativo. Mesmo com projetos não aprovados, há a tentativa de efetivá-los. Recentemente, a Comissão de Legislação Participativa da Assembléia sugeriu a criação de delegacias especializadas em crimes contra homossexuais. O Governador rechaçou a proposta por considera-la “um luxo”, segundo nossa entrevistada.

Não havendo sucesso no plano estadual, recorreu-se ao federal:

Nós lançamos na Comissão Legislativa Federal, que já está quase, para o Brasil todo. A AGLBT-SC é a primeira ONG a pedir para a Câmara Federal que seja lançada a Delegacia Especializada em Crimes Contra Homossexuais. Dentro das Delegacias da Mulher e do Adolescente.

Ainda no âmbito estadual, o “Troféu Respeito à Cidadania e a Diversidade”, instituído pela ONG para contemplar personalidades tanto GLBTs como não GLBTs, deixou de ser um troféu concedido pela ONG e passou a ser uma medalha concedida pela Assembléia Legislativa, em nível equivalente a outras medalhas como “Antonieta de Barros” e “Cruz e Souza”. Até agora a medalha não foi concedida a ninguém, sendo que enquanto era troféu, contemplou Elke Maravilha em 2003.

As principais parcerias citadas pela ONG são a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, a ILGA, International Lesbian and Gay Association, ONGs de vários

países latino-americanos, como do México, Venezuela e Bolívia, a ABGLT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, SEBRAE, GAPA, Câmara dos Vereadores, Defensoria Pública, CUT, dentre outros.

- Indicação do Movimento Livre

LBL – LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS

Muito embora não se trate de uma ONG tipificada juridicamente, sem estatuto ou organização formal, entendemos por bem considerar a Liga Brasileira de Lésbicas no Estado de Santa Catarina como um grupo a ser analisado em nossa pesquisa, seja por seu modo diferenciado de organização, seja pelas recentes conquistas.

Segundo nossa entrevistada (em entrevista realizada no dia 23 de Novembro de 2006), a Liga (doravante a chamaremos assim) é um desejo antigo de parte do Movimento de Lésbicas. É formada durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, janeiro de 2003. O SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, ocorrido em junho daquele ano em São Paulo serviu de espaço para sua oficialização.

A Liga pretende ser horizontalizada, assim sendo, é encabeçada por um colegiado de coordenadoras formado por 15 mulheres – 3 de cada região do Brasil. Como a Região Sul é formada por 3 Estados, as coordenadoras que fazem parte do colegiado são 1 de cada Estado. Não há uma sede da Liga, sendo que, muitas vezes, os encontros de seus membros são feitos em espaços de outros seminários e congressos. Não há um número preciso de membros, sendo que, tampouco se privilegia, segundo nossa entrevistada, a filiação indiscriminada. No caso de Santa Catarina também são poucas aquelas que são membros.

Há um processo de abertura para novos membros, que podem ser entidades ou pessoas, desde que respeitem à carta de princípios da Liga e que sejam mulheres, ou mulheres bissexuais. Há uma discussão interna se haverá abertura e aceite de transgêneros, mas não se trata de algo concluído.

Segundo nossa entrevistada, a Liga não é uma entidade jurídica porque o objetivo com que foi criada privilegiava o aspecto mais ligado a idéia de movimento social, evitando-se a criação de mais uma ONG. Isso acaba acarretando alguns

problemas, dentre os quais, as dificuldades de financiamento e assessoria jurídica. Diante disso, a Liga – que é constituída por pessoas e entidades- conta com o apoio de ONGs que fazem parte para dar esse apoio necessário. Quando da realização do I Encontro Nacional, realizado em 2004 em São Paulo, foi a ONG Movimento Livre de Florianópolis que auxiliou. Atualmente conta com a contribuição da ONG Matizes do Piauí.

Não há problemas entre a Liga e as ONGs, tanto que, como podemos perceber, ela também é constituída por ONGs. Entretanto, foi desejo de suas fundadoras que ela não tivesse como característica ser uma captadora de recursos, por exemplo, segundo nossa entrevistada.

Como nas ONGs apontadas neste trabalho, a Liga também não remunera seus membros.

No período da realização desse trabalho, a Liga ocupava duas cadeiras consideradas de suma importância para nossa entrevistada: uma no Conselho Nacional da Mulher, onde a Liga ocupa a cadeira do Movimento Lésbico e a outra é a cadeira do Movimento GLBT no Conselho Nacional de Saúde, sendo que, neste caso, a representante é da Liga em Santa Catarina e faz parte da Mesa Diretora de tal Conselho. Essa é uma conquista bastante valorizada por dois motivos principais. O primeiro é ser um fato inédito que o Movimento GLBT tenha voz ativa em tal Conselho, ocupando uma cadeira. O segundo é fato de se tratar de um conselho não apenas consultivo, mas deliberativo e a Liga ocupar espaço na Mesa Diretora.

As principais parcerias citadas são: Ministérios da Saúde e da Educação, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Conselho Federal de Assistentes Sociais, Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Movimento Feminista, dentre outros Movimentos.

As relações com o Estado são consideradas muito positivamente, especialmente pelo fato de a Liga ocupar espaços significativos, principalmente na esfera nacional.

5 AS ONGs E SUAS PRÁTICAS DE EMPODERAMENTO

5.1 Movimento GLBT, Poder e Empoderamento

Quando tratamos sobre o empoderamento, logo vem à mente a análise sobre “poder” de Michel Foucault. Se analisarmos a obra do autor, verificaremos que não se trata de um tratado para dizer “o que” é o poder, e sim, “como”, esse poder age, circula e se exerce:

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. (FOUCAULT, 2006, p.175).

Se o poder é uma relação de força, poderíamos supor que ele ocorra de modo irresistível de um grupo sobre outro, impedindo qualquer possibilidade de reação por parte dos “submetidos”. Contudo, Foucault explicita que não é essa a relação que se dá e alerta:

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação[...]. (FOUCAULT, 2006, p.183).

Tendo os termos de Foucault como premissa, passamos a discutir aquilo que é tratado por outros autores como empoderamento. Dentre as várias conceituações para empoderamento, destacamos a de Villacorta e Rodriguez:

É um processo através do qual, grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de Gênero, etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas. (VILLACORTA & RODRIGUEZ, 2002, p.48).

Já Jussara Reis Prá, se referindo a Silvia Yannoulas quando esta aborda a questão do empoderamento das mulheres, diz o seguinte sobre empoderamento:

(...) o conceito refere-se ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres “para exercício legítimo do poder”. A par disso, considera possível identificar um conjunto de práticas capazes de desencadear um processo de empoderamento, entre estas cita várias ações que podem ser desenvolvidas com grupos de mulheres, incluindo a análise de experiências pessoais, pela reconstrução de histórias de vida, e a adoção de técnicas interativas e cooperativas, entre outras. (PRÁ, 2003, p. 182).

Além das características acima mencionadas, segundo Pra, o conceito de empoderamento guarda em si a possibilidade de torná-lo ainda mais abrangente:

Importa notar que essa definição e os seus desdobramentos permitem ampliar o conceito de empoderamento, torna-lo mais abrangente, não no sentido de banalização, mas por possibilitar o deslocamento do seu eixo original, dotando-o assim de uma perspectiva menos voltada para o caráter político-formal de que se tem revestido em muitos casos. (PRÁ, 2003, p. 182).

Deste modo, seguindo o pressuposto de Pra, podemos dizer que o conceito de empoderamento pode ser bastante amplo, entretanto, não caindo numa possibilidade que abarca tudo. O empoderamento, portanto, é plástico e inclusivo, possibilitando fortalecimentos e aprimoramentos, implica também em ambigüidades e não necessariamente na eliminação de hierarquizações. Neste sentido, o empoderamento diz respeito ao processo de desenvolvimento de uma cidadania plena incorporando dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças.

Diante do apresentado por estes autores, podemos deduzir que “empoderar”, seria o mesmo que criar condições para o “exercício” de poder para além do instituído, daí a importância da análise foucaultiana.

Sobre o “exercício”, Foucault nos diz:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrando ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes. (FOUCAULT, 1995, p.242).

Contudo, nos lembra o autor, embora a relação ocorra no exercício de “uns” sobre os “outros”, a liberdade entra como um fator necessário para que as relações

possam ocorrer. Não haveria possibilidades de relações de poder sem a liberdade, mesmo porque esta é a condição primeira para condições de alterações:

Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. (FOUCAULT, 1995, p.244).

Liberdade como potencialidade para a ação parece ser a possibilidade apresentada por Foucault para a alteração de quadros “indesejados”. A formação de resistências, como estratégias de alterações encontram justificativas nas palavras do autor.

Analisando o artigo “Da redistribuição ao reconhecimento?” de autoria de Nancy Fraser, podemos entender um pouco mais sobre o que a autora chama de “coletividades homossexuais”:

Sexualidade, nessa concepção, é um modo de diferenciação social cujas raízes não estão na economia política, já que os homossexuais distribuem-se ao longo de toda a estrutura de classes da sociedade capitalista, não ocupa uma posição particular na divisão do trabalho e não constitui uma classe explorada. Ao contrário, seu modo de coletividade é de uma sexualidade menosprezada, arraigada na estrutura cultural-valorativa da sociedade. Nessa perspectiva, a injustiça sofrida é basicamente uma questão de reconhecimento. Gays e lésbicas sofrem de heterossexismo: a construção autoritária de normas que privilegiam heterossexuais. Ao lado disso está a homofobia, desvalorização cultural da homossexualidade. Ao terem sua sexualidade desacreditada, os homossexuais estão sujeitos à vergonha, molestação, discriminação e violência, enquanto lhes são negados direitos legais e proteção igual – todas negações fundamentais de reconhecimento. (FRASER, 2001, p. 257-258).

Portanto, nos é possível, articulando teorias, fazer uma ligação entre sexualidades menosprezadas como é o caso dos GLBTs e o empoderamento. Fazendo parte das agendas dos grupos e organizações GLBTs, o empoderamento torna-se bandeira de luta importante para o movimento, principalmente no combate a discriminação, ao preconceito, às diversas possibilidades de violências e na conquista de direitos.

Para Iorio, as Organizações Não-Governamentais possuem papel de intensa relevância quando se trata de empoderamento:

As experiências onde as ONGs têm um papel catalisador têm sido as mais inovadoras, flexíveis e onde o método de intervenção e o conteúdo são os mais adequados aos indivíduos, grupos e comunidades. A razão deste sucesso reside, com poucas exceções, no fato de que estas experiências começam pequenas, permanecem pequenas e próximas do grupo. (IORIO, 2002, p. 27).

As ONGs podem também ser analisadas como “novas instituintes”, num trabalho que fortifica os laços democráticos bem como aproxima a participação social na esfera das decisões:

[...] instituintes porque reconhecem e lutam pela institucionalização do Estado de direito; novos, porque num movimento de afirmação geracional de luta contra a falta de liberdade política visam ampliar os espaços de participação social junto às instituições políticas, interferindo diretamente nas definições das políticas públicas tendo em vista não apenas a efetivação dos direitos instituídos, mas também a criação de novos direitos. Há aqui, portanto, uma clara indicação de continuidade ou conformidade histórica desses sujeitos com os rumos do processo de democratização do país. (LÜCHMANN & SOUSA, 2005, p.97).

Podemos considerar os “novos instituintes” como protagonistas nas novas formas de ativismo, bastante diverso do ativismo que marcou o terceiro quarto do século XX. As mediadoras (como as ONGs), assumem estes novos traços:

O ativismo de hoje tende a protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados. A nova militância passa por essa forma de ser sujeito/ator. Portanto, a divisão clássica da ONG “*think tanks*” (ou produtoras de conhecimento), ativistas (ou cidadãs) e prestadoras de serviço (ou de caridade) tende a dar lugar a organizações que mesclam, cada vez mais, essas três formas de atuação, tendo em vista seus compromissos com o pró-ativismo no campo da democracia. (SCHERER-WARREN, 2006, p.121).

Uma das preocupações da autora consiste em perceber como ocorrem o equilíbrio e a autonomia das “populações-alvo” das mediadoras:

Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, freqüentemente, são denominados “populações-alvo” desses mediadores. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 122).

A preocupação exposta pela autora revela importantes questões quando se analisa o empoderamento: Em que medida se empodera, como classificar o empoderamento bem como identificar se realmente se está a “facilitar” o

empoderamento? Uma das dúvidas é justamente se o “público-alvo” passa a ter maior força a partir da influência das mediadoras. Ainda segundo Scherer-Warren, a questão do empoderamento envolve diversos fatores cuja relevância não deve deixar de ser observada:

[...] o combate a exclusão em suas múltiplas faces e a respectiva luta por direitos (civis, políticos, sócio-econômicos, culturais e ambientais); o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das idéias; a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, criando novas formas de governança. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 123).

Como podemos perceber, quando tratamos sobre empoderamento, sua ligação com as ONGs e as várias possibilidades oriundas destas relações, estamos diante de um debate recente e aberto a múltiplas análises, dentre elas, justamente aquela que optamos investigar: a questão do empoderamento no Movimento GLBT.

Como Foucault nos diz que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 2006, p.241), podemos perceber que há a possibilidade de insurgências e ações práticas:

Podemos então decifrar em termos de “estratégias” os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto. Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. (FOUCAULT, 1995, p.248).

Como pudemos perceber durante o desenvolvimento deste trabalho, as ONGs por nós analisadas, em sua maioria, estão preocupadas em desenvolver formas de empoderamento a partir de estratégias de luta, posicionamento frente a diversas questões a atuação frente a órgãos do Estado.

As ONGs catarinenses que trabalham com Questões GLBTs possuem um discurso mais ou menos ancorado nas proposições apontadas pelo Movimento GLBT Brasileiro de um modo geral, assim como consoantes ao Movimento GLBT Internacional. Para esta constatação, basta percebermos as várias instituições com que as ONGs locais mantêm relacionamentos e trocam informações e conhecimentos.

As discussões no Movimento GLBT são amplas, embora guardem certa conformidade relacionada ao campo GLBT. Porém, não deixam de ser consideradas

“polêmicas” por grande parte dos países ocidentais e fortemente rechaçadas nos países orientais. Os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI ocorrem sob uma miríade de discussões em torno das sexualidades, principalmente daquelas que não se conformam à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003). Aqueles e aquelas que têm um comportamento “desviante” e os “modos” pelos quais tais realidades devem ser abordadas são tema constante nos mais variados países.

Discussões nem sempre implicam num aprofundamento do debate, ou, em último caso, numa aceitação dos GLBTs (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Na imensa maioria dos países impera uma forte repressão. Em países como Angola, Namíbia, Zimbábue, Moçambique, Etiópia, Líbia, Argélia, Tunísia, Marrocos, Síria, Líbano, Uzbequistão, Birmânia e Nicarágua, práticas homossexuais são ilegais e tipificadas como crimes que podem significar dez anos de prisão para quem for condenado. Por sua vez, países como Índia, Nepal, Bangladesh, Emirados Árabes, Kuwait, Quênia, Zâmbia, Nigéria, Jamaica e Guiana, punem os implicados com mais de dez anos de prisão. Já na Mauritânia e no Paquistão pode ser prisão acompanhada de pena de morte, “sorte” não compartilhada pelos sudaneses, sauditas, iranianos e afegãos, onde a pena aplicada é a pena de morte, precedida de mutilações e outras punições físicas.²

Homofóbicos ou homófobos (aqueles e aquelas que discriminam homossexuais) encontram apoio em vários setores da sociedade para persistir em suas ações. Um grande apoio aos homofóbicos é a religião, sendo que no mundo ocidental é a religião católica romana que mais apresenta obstáculos a qualquer direito voltado para GLBTs. O Vaticano, em 2003, apresentou um documento intitulado “Carta Apostólica sobre União Civil de pessoas do mesmo sexo”³, onde a Igreja Católica Romana expõe suas motivações para ser contrária a União Civil entre pessoas do mesmo sexo. Além de exortar os fiéis para que sejam terminantemente contrários a tal instituição, a Igreja exorta aos parlamentares católicos que votem contrariamente a qualquer resolução que implique em benefícios a homossexuais, principalmente no tocante à união civil e à adoção, apontando neste documento

² Informações disponíveis no documento “State of Homophobia” da International Lesbian and Gay Association, ILGA, 2004. www.ilga.org.

³ Disponível em <http://www.mixbrasil.com.br> no dia 01/08/2003.

vários elementos que “comprovariam” a anomalia deste tipo de união, desde elementos “biológicos” a elementos “antropológicos”.

Nem todas as Igrejas Cristãs têm a mesma postura da Igreja Católica Romana. Vários setores da Igreja Anglicana, por exemplo, e de várias denominações Protestantes apóiam algumas causas GLBTs. Nos últimos anos a Igreja Anglicana se viu num processo que quase levou a um cisma, devido à ordenação de um bispo homossexual nos Estados Unidos. Essa situação gerou conseqüências para além dos Estados Unidos, inclusive na Província Anglicana do Brasil⁴.

Procurando escapar da discriminação sofrida em muitas igrejas, cristãos homossexuais buscam refúgio espiritual em denominações que não reprimam sua sexualidade. Uma dessas denominações é a Igreja da Comunidade Metropolitana, fundada nos Estados Unidos na década de 1960 e presente em muitos países, inclusive o Brasil. Para a ICM a questão da sexualidade não seria impeditivo para a vivência espiritual, postura pouco adotada pela imensa maioria de denominações cristãs.

Se em muitos países os homossexuais sofrem forte repressão, existem outros onde uma ampla gama de direitos foram conquistados pelos Movimentos GLBTs, tais como na Holanda, Bélgica, Espanha e Canadá. Estes quatro países são aqueles que garantem o maior número de direitos a GLBTs, tais como leis antidiscriminação, acesso a previdência social, parceria civil com status de casamento.

Nos Estados Unidos, apesar da Constituição Federal não reprimir a homossexualidade, a legislação de muitos Estados punia até recentemente tais práticas. Em 2006, o Governo Bush enviou para o Senado e para a Câmara um projeto que proibiria a união entre pessoas do mesmo sexo, constituindo-se na primeira clausula restritiva de direitos da constituição americana. O Senado rejeitou a emenda e, no dia 18 de julho de 2006, a Câmara acompanhou o Senado e rejeitou por 236 a 187 a proposta do governo. Nos Estados Unidos os Estados de Vermont, Connecticut, Califórnia, Havaí e Nova Jersey têm a União Civil legalizada, enquanto que Massachusetts é único que legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo⁵.

⁴ Para maiores informações visitar o site da IEAB, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil www.ieab.org.br

⁵ Disponível em <http://www.mixbrasil.com.br> do dia 19/07/2006.

Os países da Europa Ocidental, na sua maioria, têm legislações bastante progressistas, sendo que no caso da França, o Pacs, ou Pacto Civil de Solidariedade (aprovado desde 1999) ganhou, desde seu nascedouro até agora, críticas e elogios. Os elogios são pelo fato de que ele permite união civil entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, impõe alguns limites já que proíbe adoções por parceiros que vivam sob um regime de Pacs. Na França, a questão ganha fôlego e causa acaloradas discussões, principalmente após a pré-candidata a presidente da república Ségolène Royal (eleições que ocorrerão em 2007) ter declarado publicamente ser favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo⁶.

No Brasil, existem alguns Projetos de Lei na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que beneficiariam os GLBTs. O mais conhecido dentre os projetos, é aquele que viabilizaria a união civil para pessoas do mesmo sexo, que tramita no Congresso há mais de dez anos e foi apresentado pela então deputada federal Marta Suplicy (MELLO, 2005). Alguns anos mais tarde, foi apresentado um projeto pelo então deputado Roberto Jefferson que criaria a versão brasileira do Pacs, o que, por sua vez, caso aprovado, viabilizaria um processo de união “à francesa”. Estes dois projetos estão há anos na Câmara de Deputados e nunca foram votados. Teme-se que eles sejam derrotados pela chamada “Bancada Evangélica” e demais conservadores do parlamento brasileiro, já que se trata de uma força bastante considerável dentro do Congresso.

Como contraponto à “Bancada Evangélica” foi criada a “Frente Parlamentar Pela Livre Expressão Sexual” que conta com um número significativo de deputados e senadores. A mais recente proposta apresentada no Congresso é de autoria da deputada federal Iara Bernardi, membro da “Bancada pela Livre Expressão Sexual”. O Projeto de Lei 5003/2001 prevê a criminalização da homofobia, ou seja, equipararia homofobia a um crime como o racismo, por exemplo. Na Câmara o Projeto de Lei foi aprovado em primeiro turno, a partir disso segue para o Senado.

Embora percebida com reticências, a vitória do estlista Clodovil Hernadez com expressiva votação para deputado federal pelo Estado de São Paulo, mobilizou vários setores do Movimento GLBT que já o procuraram para que ingressasse na Frente Parlamentar. No dia 13 de Fevereiro de 2007 foi anunciado que cerca de 111 parlamentares fazem parte da Frente, dos mais variados partidos políticos⁷.

⁶Disponível em <http://www.mixbrasil.com.br> do dia 19/06/2006.

⁷Disponível em <http://www.mixbrasil.com.br> do dia 13/02/2007.

Alguns Estados brasileiros, após luta de vários movimentos, aprovaram leis antidiscriminação. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia e Distrito Federal têm leis que penalizam a homofobia. Um número bastante elevado de municípios em 20 Estados também têm leis semelhantes⁸.

No caso brasileiro, o Poder Judiciário tem sido acionado no sentido de garantir direitos e reconhecimento em uniões homoafetivas, ou no caso de adoções (GROSSI, 2003). Por seu turno, o Poder Executivo, desde a posse do presidente Lula, tem se manifestado através de suas cartas aos GLBTs que são lidas durante a realização das Paradas do Orgulho, tanto em São Paulo - a maior parada do mundo que reuniu cerca de 2,5 milhões de pessoas no ano de 2006 - como na de Brasília. Em grande parcela, as Paradas do Orgulho recebem apoio governamental via Ministério da Saúde.

As Paradas do Orgulho surgiram no Brasil há cerca de dez anos, sendo que de lá para cá tiveram um crescimento bastante grande e uma difusão ampliada, já que no ano de 2006 quase 70 municípios realizaram ou realizarão suas Paradas⁹. Como vimos, as Paradas são tanto desvalorizadas por alguns como são enaltecidas por outros. Desvalorizadas porque para alguns setores do Movimento GLBT seria uma espécie de “carnavalização”, ou seja, o reforço da imagem “exótica” atribuída preconceituosamente aos GLBTs. Para outros setores, as Paradas são um momento de visibilidade para GLBTs, principalmente pelo fato de ano após ano mais pessoas irem às ruas naquela que vem sendo considerada a maior manifestação pública da sociedade civil brasileira, ou seja, a Parada do Orgulho GLBT da cidade de São Paulo.

No ano de 2004, o Governo Federal lançou a cartilha “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”. A cartilha prevê mais de 50 ações a serem empreendidas ao longo dos anos, no sentido de combater a discriminação, sendo que foi formulada pelo Governo Federal e por vários setores do Movimento GLBT.

Quando abordamos a luta por direitos para GLBTs entramos num campo vasto e complexo. Vasto porque o número de direitos almejados são vários e compreendem um leque que vai desde a união entre pessoas do mesmo sexo ao

⁸ Dados obtidos no site da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, ABGLT. www.abglt.org.br

⁹ Disponível em <http://www.mixbrasil.com.br> do dia 28/06/2006.

direito à mudança de nome como no caso das Transgêneros. Complexo porque nem todos os direitos que comumente são percebidos como “Direitos GLBTs” são desejados por todos os movimentos.

Reiteramos aqui que, quando tratamos sobre “Movimento GLBT” não estamos nos reportando a um movimento fechado onde todos têm os mesmos objetivos. Na realidade existem inúmeros “Movimentos GLBTs” e com amplos e variados objetivos. Nem todos os setores do Movimento GLBT são favoráveis a questão do casamento, por exemplo. Para alguns, isso não passa de uma tentativa de se equiparar aos casais heterossexuais e em nada modifica o quadro de uniões monogâmicas. Portanto, quando nos referimos ao “Movimento GLBT”, o fazemos no sentido de reconhecer a existência de um grupo reivindicatório que, por ser múltiplo, não apresenta uma comunhão perene de objetivos. Apesar das diferenças, a maioria dos movimentos, tanto no Brasil como no exterior, são unidos pela luta por direitos e pelo fim da discriminação.

5.2 As Vozes das ONGs

As ONGs por nós analisadas se caracterizam por defender questões GLBTs. Se não o fazem mais de modo direto, como a ONG Arco-Íris de Florianópolis, fizeram no passado através de projetos, ou, de algum modo contemplando GLBTs em suas diretorias. As ONGs Arco-Íris e APROSVI também são analisadas sob o viés de “ONGs Madrinhas” haja vista proporcionarem e incentivarem o surgimento de outras ONGs. No caso específico do ressurgimento da ADEH, em Florianópolis, via Arco-Íris e do nascimento da ATBC, em Balneário Camboriú, via APROSVI.

A ONG ADEH também passa a ser considerada como “ONG Madrinha” se aceitarmos as ONGs GATA – Tubarão e Deusas da Noite, de Criciúma como parte do auxílio na consolidação dessas mesmas ONGs. Assim como as ONGs “potenciais” TRANSBLU, de Blumenau e TRANSOESTE, de Xanxerê.

As outras ONGs analisadas podem ter recebido apoio (ou até mesmo estes apoios podem persistir), mas de um modo menos ostensivo e direto, de um modo mais horizontalizado que os exemplos acima. Não se trata de dizermos que não haja horizontalidade naqueles casos, contudo, trata-se de perceber gradações de horizontalidades.

Um dado interessante coletado durante as entrevistas surge da pergunta formulada aos membros das ONGs, qual seja, se o trabalho da ONG seria inspirado em alguma outra experiência. Para a grande maioria das ONGs essa inspiração não ocorre. Com exceção das ONGs ligadas a ADEH que a citam como exemplo, as outras afirmam não se inspirar em outros exemplos, ou, quando há inspiração, ela vem dos trabalhos realizados em outros Estados.

Se não afirmamos que haja tensão entre as ONGs catarinenses, também não podemos afirmar que as relações entre elas sejam totalmente amistosas.

Quando questionamos os representantes de cada ONG se ele ou ela destacaria alguma ONG pelo trabalho com GLBTs no Estado, havia um certo desconforto com a questão. Alguns citaram a própria ONG, outros citaram a ONG Arco-Íris, o que revela que, por mais que não trate mais de Questões GLBTs, esta ONG permanece como referência. A maioria das ONGs voltadas para o trabalho com as transgêneros apontou a ADEH como referência.

As relações com as outras ONGs no Estado também ocorrem com certas dificuldades. Não com ONGs que possuam outros objetivos, mas principalmente com aquelas que compartilham objetivos semelhantes e Questões GLBTs. Entre as ONGs com trabalho mais voltado para as transgêneros, o relacionamento é bastante estreito.

O espaço no Estado de Santa Catarina onde há o encontro das ONGs analisadas é o Fórum Catarinense de ONG/AIDS. Muito embora algumas não façam parte do Fórum, é o espaço mais “oficial” onde aquelas que fazem parte podem trocar idéias.

A ANTRA – Articulação Nacional das Transgêneros, é forte referência para as ONGs voltadas mais para esse público no Estado. A ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros não possui influência tão forte, embora conte com três ONGs afiliadas e uma em processo de afiliação

As trocas de experiências entre ONGs, suas relações em rede, ocorrem de modo muito maior entre cada ONG e similares de outros Estados do que entre os municípios catarinenses. Com exceção das ONGs com trabalho voltado prioritariamente para Transgêneros que possuem fortes ligações entre elas, há

pouquíssimos contatos entre as outras (essa análise não inclui a APROSVI e a Arco-Íris).

Momentos como Seminários, Congressos e Encontros, são apontados por muitas ONGs como situações privilegiadas para as trocas de informações, conhecimentos e idéias. Os Encontros Nacionais e Regionais que já ocorreram em Santa Catarina (ENTLAIDS, por exemplo) são tratados como de significativa importância e também como propulsores para a maior visibilidade das ONGs locais. O Encontro Regional-Sul de Transgêneros ocorrerá em Santa Catarina em 2007. Para tanto, as transgêneros do Estado, não apenas de Criciúma, onde será realizado o Encontro, já iniciam os preparativos. O fato de ocorrer pela primeira vez numa cidade de interior de Estado, haja vista sempre ter ocorrido nas capitais, é um dos elementos a mais de conquista apontado.

A Parada da Diversidade pode também ser percebida sob este aspecto agregador e de trocas, proporcionado pelos Encontros. Toda uma rede é utilizada para que os eventos ocorram e haja a possibilidade não apenas da concretização, mas principalmente de sua institucionalização, que implicaria num processo de maior visibilidade.

As parcerias citadas pelas ONGs, como pudemos perceber no capítulo anterior, abrangem um leque bastante amplo, desde governos até indivíduos, passando por Universidades, Ministério Público e organismos internacionais. Tudo isso sem mencionarmos uma infinidade de outras ONGs¹⁰.

Por mais que os membros das ONGs não sejam remunerados, há a possibilidade de remuneração via projetos para seus coordenadores e agentes da saúde. No caso específico dessas ONGs, a maioria de seus membros realizava tarefas da ONG quase que em período integral, abandonando outras tarefas. Este, talvez, seja um forte motivo para explicar a diminuição considerável de

¹⁰ Para aquelas ONGs que trabalharam com projetos financiados pelo Ministério da Saúde, a mudança que ocorreu a partir de 2005, que deixou de ser projetos via concorrência nacional e sim via concorrência estadual, implicou num sério revés financeiro para essas ONGs. Das ONGs pesquisadas, nenhuma daquelas que tiveram projetos financiados por vários anos pelo governo federal contavam com financiamentos no período do nosso trabalho de campo. A exceção passou a ser as ONGs ADEH e APROSVI, mas do mesmo modo a verba é diretamente atrelada aos "Centros de Referências", não cabendo recursos às ONGs.

colaboradores que as ONGs com projetos financiados contavam no passado para os números do presente.

As ONGs que não contavam com projetos financiados ou que surgiram num momento posterior a essa fase, não sentiram tais impactos. Algumas continuam trabalhando com a mesma metodologia do passado e outras optando por novas formas para a aquisição de recursos.

As ONGs que tiveram projetos, buscam outras formas e outras parcerias, seja com outras ONGs ou até mesmo pedindo auxílio financeiro para a própria militância. Em alguns casos por nós pesquisados, são os membros das ONGs que pagam do próprio bolso, água, luz, telefone, internet e aluguel de suas sedes, assim como passagens para seus deslocamentos. Quando não é dessa forma, é porque a sede é disponibilizada por algum órgão ou está localizada na residência de algum membro da ONG.

A relação das ONGs com os recursos financeiros também é motivo de tensões, já que algumas ONGs acusam as outras de se colocarem como captadoras de recursos e prestadoras de serviços, implicando em possíveis ingerências dos financiadores dos projetos.

Daquelas ONGs que contavam com projetos financiados pelo governo federal, a ADEH e a APROSVI também contaram com a parceria com a PACT durante o ano de 2005. A PACT é uma ONG que recebe recursos da USAID. Normalmente é promotora de uma política conservadora no que tange a sexualidade, voltada principalmente para a abstinência, a fidelidade e bastante contrária à prostituição. Contudo, no Brasil, segundo o nosso entrevistado (dia 21 de setembro de 2006) da ONG ADEH, a USAID cedeu e aceitou a política de prevenção brasileira, se comprometendo a não impor sua política. A reeleição do presidente Bush modifica este cenário e a USAID passa a propor que para se firmar novos acordos, a sua política deveria prevalecer. A política da USAID pautada na abstinência, fidelidade e condom, não foi bem recepcionada pelo Brasil e há um rompimento. O Brasil prosseguiria com o que já havia sido tratado, mas não haveria renovação no acordo.

As conseqüências da não renovação dos acordos atinge em cheio muitas ONGs pelo Brasil afora que haviam estabelecido parcerias com a PACT. Se não

houvera interferência direta no modo de trabalhar dessas ONGs, não houve renovação nos acordos e muitos trabalhos de prevenção empreendidos foram paralisados, ou, se prosseguiram, de modo bem menos satisfatório.

Questionado sobre o aceite de verbas de uma instituição reconhecidamente conservadora, nosso entrevistado diz:

De fato são recursos nossos, representam migalhas diante daquilo que foi espoliado das nossas nações (da AL). Não temos que ter nenhum pudor de utilizar porque é uma mínima devolução daquilo que foi espoliado.

A ONG ADEH, segundo nosso entrevistado, formulou um relatório bastante contundente para a PACT, inclusive, chamando de genocida a política da USAID, devido ao tom utilizado no combate ao HIV/AIDS. Porém, diz que a equipe brasileira destoa da matriz estadunidense, sendo considerada bastante progressista.

O Projeto da ADEH financiado pela PACT, chamado “Projeto Luar”, é considerado como um dos maiores projetos da ONG, especialmente por nossa entrevistada (dia 26 de setembro de 2006). Para ela, o projeto trouxe maior visibilidade para a ONG e se espalhou pelo interior do Estado de Santa Catarina. Envolveu vários municípios, além da Grande Florianópolis, Blumenau, Joinville, Xanxerê, Criciúma e Tubarão. Nesses municípios, o projeto custeava as agentes de saúde e na capital, na sede da ADEH, outra parte do projeto era posta em prática: a dos cursos de corte e costura, cabeleireira e de artesanato.

Na realidade, essa segunda parte do projeto foi uma inserção significativa proporcionada pela ADEH contemplando as transgêneros. O projeto objetivava a prevenção a DST/AIDS, porém, a ONG procurou mostrar que a prevenção pode ser feita de várias formas, dentre elas, possibilitando novos estilos de vida, ensinando uma profissão, ampliando assim os horizontes, tornando possível um comportamento e uma preparação diferenciada.

Recursos financeiros, ou melhor, a ausência de recursos financeiros, são alguns dos principais problemas citados pelas ONGs, que tentam criar meios para driblar a situação. Dentre os exemplos, destaca-se o citado pela AEGLBTS-SC que pretende instalar uma barraca na Avenida Beira-Mar Norte em Florianópolis para a venda de Acarajés. Noutras falas, percebemos o destaque para a ausência de

recursos disponibilizados pelos governos, sendo que em algumas entrevistas, isso é apontado como um problema nacional, uma vez que várias ONGs não conseguem ter vida longa pela falta de incentivos. A nossa entrevistada da ONG GATA diz:

A falta de recursos, a falta de uma política que nos reconheça como movimento, a falta de consideração dos órgãos públicos, governamentais, de abraçarem essa causa, entendendo nossa luta.

Todos esses fatores apontados por nossa entrevistada apresentam implicações não apenas no trabalho da ONG, mas também em termos de perspectivas futuras:

Vontade de desistir às vezes dá (...) porque parece que a gente caminha, caminha e não consegue fazer aquilo que realmente a gente pretende. Mas a gente não pode desistir porque outras virão. Eu acho que para tudo há um momento ideal, as coisas vão acontecer. Eu acho que, de repente, nasce pequeno mas nasce, daqui a pouco se fortalece. Temos que ser mais reconhecidas (...).

Os problemas das ONGs analisadas não apenas são de ordem financeira. Num dos casos analisados, nossa entrevistada aponta o preconceito dos próprios GLBTs como uma questão difícil de ser equacionada:

Discriminação da própria comunidade. Por incrível que pareça, é até ridículo eu dizer isso, mas é real, a própria comunidade. Fofquinha daqui, disque-disque dali, me pega daqui, e queimando filme a três por dois (...). Agora, os heteros não. Abriram as portas de uma maneira que era para nós nos apresentarmos educadamente, debatermos as necessidades da comunidade, enfim, um objetivo único. Só isso. Mas infelizmente, é isso que te falei.

A fala de nossa entrevistada, única a apontar parte dos GLBTs como um complicador para a ONG, é bastante reveladora. Se há realmente o preconceito, ele também pode ser um dos fatores explicativos para as desavenças existentes entre as ONGs no Estado de Santa Catarina. Não queremos com isso dizer que as ONGs sejam preconceituosas, longe disso. Queremos refletir sobre a possibilidade de que focos sejam as fomentadoras das desuniões. Geradoras de várias informações desencontradas possibilitando olhares de desconfiança de uma ONG para a outra.

O fato de tal situação ter sido descrita apenas por uma ONG não lhe garante menor relevância, pelo contrário. Talvez seja um fator de enorme complexidade subjacente na relação inter-ONGs.

Se o preconceito e a discriminação podem aparecer na relação das ONGs, eles são eleitos como os maiores problemas enfrentados pelos GLBTs. Como aponta nossa entrevistada do Deusas da Noite:

O maior problema é o preconceito. Disso não se tem dúvida, só que é assim, eu acho que a gente pode diminuir isso fazendo com que as pessoas nos vejam, que a gente está ali, que a gente existe, que a gente não é só sexo, isso para todos os GLBTs. Porque as pessoas associam muito homossexuais em geral a sexo, e não é só isso que nós somos. Antes do sexo, que uma coisa que todo mundo faz, GLBT ou não, só que as pessoas associam a homossexualidade a sexo. As vezes têm gays, travestis, que nunca fizeram sexo, que não fazem sexo, isso que eu acho que as pessoas deveriam enxergar: que nós somos seres humanos antes do sexo. Antes de sermos travestis, gays, lésbicas, transexuais, antes disso somos pessoas.

A associação entre homossexuais e sexo que a entrevistada aponta, é colocada como uma das questões centrais dos entrevistados, sendo que afeta cada segmento representado pela sigla de um modo diferenciado, em especial com relação às transgêneros, como nos explica a representante da ATBC:

A discriminação é geral. A especificidade do estigma da transgênero é que quando olham para ela, imaginam-na prostituta. Então, qualquer transgênero tem uma plaquinha na testa, escrito prostituta e não é. Em Balneário Camboriú existem trans cabelereiras, em Tubarão e Gaspar professoras. Então, nem todas são profissionais do sexo.

Parece consensual que, dentre a sigla GLBT, as transgêneros são aquelas que mais são alvejadas pela discriminação. Não se trata de estipular gradações de preconceito, mas elas, via de regra, portam signos visíveis em seus corpos o que as torna mais facilmente identificáveis se comparadas com os que se identificam com as outras letras, por passarem despercebidas caso não tenham uma postura de “assumir-se”. Sobre essa questão, apontamos a entrevista com a representante da APROSVI:

O próprio grupo homossexual faz muitas vezes isso, dizendo “ah, você é hetero, você é bi, você é gay”, tentando enquadrar em determinados padrões, dentro de um rótulo. Na verdade queremos que a pessoa seja respeitada pelo que ela é, como ela se coloca no mundo, pela sua capacidade intelectual, profissional e todas as suas inter-relações. Na verdade ela não precisa se posicionar sempre dizendo se ela é hetero, bi ou qualquer outra orientação que ela tenha para que ela seja aceita ou não no grupo. Ela primeiro deve ser conhecida pelo que ela é, assim as pessoas respeitarão e a aceitarão dessa forma.

Aliás, se posicionar como “homossexual” é uma questão bastante polêmica para o Movimento GLBT em geral. O não posicionamento, muitas vezes, é percebido por alguns setores como uma tentativa de camuflar que resulta em dificuldades para o aceite da sociedade, conforme o que nos diz a representante da GATA :

Não ter medo de falar “eu sou homossexual”. Não precisa escrachar, mas colocar. Porque muitos, de repente médico, ou outras profissões que tem GLBTs, ele não se coloca e isso mostra que só uma parte da sociedade é GLBT, qual? Só a escória da sociedade. Aí, as pessoas irão ver que um médico, um dentista, um advogado, um professor pode ser GLBT, independente se é bom ou ruim na profissão. Isso dificulta um pouco. Muita gente discute “ah, você deve sair ou não do armário?”, eu não acho que deva ou não sair do armário, mas acho que muitos GLBTs fazem para que exista mais preconceito ainda. Como? Como muitas vezes muitos GLBTs não se identificam publicamente como GLBT, eles na hora de uma discussão em torno disso, como já presenciei, invés de estarem defendendo ou quem sabe trabalhando as questões GLBTs, eles pelo contrário, discriminam mais ainda. Aí ele rotula mais ainda porque ele tenta fazer com que as pessoas não percebam que ele seja GLBT. Fazendo o contrário, o inverso, joga pedra, a “política do jogar pedra” para que as pessoas não o identifiquem.

No caso ilustrado, o fato de profissões reconhecidas (em especial as profissões liberais) também serem exercidas por homossexuais, serviria como um fator para a diminuição do preconceito e de maior respeitabilidade. Quando isso não ocorre e, até algo mais complexo que é quando um homossexual ataca a homossexualidade, como aponta a entrevistada, o dano causado parece ser mais grave.

Entretanto, a relação “assumidos” e “militantes”, nem sempre adquire um tom mais agudo. Alguns setores apontam que as conquistas pelas quais eles lutam acaba servindo também para quem não se posiciona, como diz o entrevistado da AGADH:

A ONG está aqui para brigar por direitos (...)Se estamos brigando pelos direitos daqueles que estão dando a cara para bater, também servirá para aqueles que não querem se mostrar.

As dificuldades pelas quais os GLBTs passam são várias, segundo nossos entrevistados. Desde problemas com familiares que não os aceitam, até o aparato jurídico que não lhes dá apoio. Para além desses, como podemos perceber, existe de modo muitas vezes citado o preconceito por parte dos próprios GLBTs.

Dentro do Movimento, também podemos perceber, através das entrevistas, a existência de preconceito entre as letras da sigla. Como ilustra a entrevistada da Deusas da Noite:

Eu acho que se todos nós, todas as letras da sigla, todos nós GLBTs lutamos pelo mesmo objetivo, pelo mesmo ideal, que é lutar por nossos direitos de cidadania, eu acho que tem que acabar o preconceito entre nós primeiro. Porque o preconceito entre nós, entre nós não, eu aceito todo tipo de pessoa, aceito e respeito, mas assim, entre os GLBTs se acabasse esse preconceito: Ah, porque gay não gosta de travesti, travesti não gosta de lésbica, porque lésbica não gosta de gay, se acabasse isso, isso teria que acabar. Primeiro teria que trabalhar nisso, para que depois as pessoas de fora vejam: Não, são pessoas unidas, então, vamos nos unir também, né? Vamos nos unir para que os direitos a cidadania sejam válidos. Porque é muito triste, dentro do movimento mesmo eu vejo, como militante eu vejo(...) Então se a gente vê este tipo de coisa dentro do movimento, como que a gente quer que as pessoas ajudem, aceitem ou respeitem nossos direitos? É difícil né?.

Durante a realização de várias entrevistas, foi bastante recorrente o fato dos entrevistados apontarem a existência de preconceito entre GLBTs. Eles sempre se colocavam como pessoas sem preconceitos, mas alertavam para a existência dele.

A “convocação” para maior unidade entre GLBTs é uma tônica recorrente. A desunião existe, e seu reconhecimento faz com que muitos dos entrevistados apontem para a necessidade urgente de que isso não persista, pois se trataria de

um fator impeditivo para a conquista de direitos e até mesmo do reconhecimento de sua luta na sociedade.

Alguns eventos que são voltados principalmente para o público GLBT, tais como a Parada, por exemplo, também servem de espaço, para alguns representantes de ONGs apontarem a desunião ou a não contemplação de determinadas discussões, dentre eles o próprio nome da Parada, como aponta uma entrevistada:

Não gostei de “Parada da Diversidade” porque “Diversidade” é uma coisa muito ampla, deveria ser Parada GLBT porque é uma Parada onde nós lutamos por nossos direitos: GLBT, Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais, Transgêneros. Fizeram “Parada da Diversidade”. Quando você fala “Diversidade” é geral, diversidade é uma coisa muito ampla.

Neste caso, como percebemos, a ausência do termo GLBT na Parada Florianopolitana foi sentida por parte da militância. Aliás, mais que sentida ela chega quase a ser reivindicada, como que para exprimir uma bandeira de luta.

O nosso entrevistado da AEGLBTS-SC diz que o nome da Parada é Parada da Diversidade ou Parada pelo Orgulho GLBT: “A preocupação era desvincular só a sigla “gay”, porque os travestis não sentiam contemplados quando se usava só “Parada Gay””.

Para outra entrevistada, contudo, as transgêneros teriam sido pouco contempladas na Parada da Diversidade:

O próprio movimento tem que dar espaço pra nós. Se na sigla do movimento GLBT, tem G, L, B, e T o movimento tem que dar espaço para nós termos visibilidade. Porque senão, não seremos reconhecidas. A gente sabe que a maior parte das pessoas que vão, infelizmente, é a análise que eu faço de outras Paradas que eu fui, a maior parte dos heteros que vão, ditos heteros, simpatizantes que vão para assistir as Paradas, geralmente eles vão com o objetivo de ver travesti, transexual com o peito de fora, bunda de fora, são os relatos que sabemos que tem. Imagina se uma trans fosse lá, nesse momento e falasse sobre direitos, cidadania, respeito? Iria quebrar o gelo e mostrar o outro lado. Acredito que também, nós somos culpadas por algumas coisas, é óbvio, não podemos ser só vítimas, mas a sociedade e o movimento GLBT precisam dar espaços para que possamos falar. Possam também nos usar para mostrar que o movimento se fortalece quando se juntam mais ONGs.

As Paradas do Orgulho, que ocorrem em vários municípios brasileiros, se espelham, na maioria das vezes, na Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que nos últimos anos reúne centenas de milhares de pessoas na Avenida Paulista. As Paradas não possuem um “nome” uniformizado, tanto que podemos perceber as diferenças entre a de São Paulo e a de Florianópolis.

A militância GLBT também se divide sobre a realização das Paradas. Uns são favoráveis, outros contrários. Os favoráveis apontam a visibilidade como o maior ganho proporcionado pelas Paradas. A possibilidade de que toda a sociedade veja os GLBTs ocupando as ruas, se mostrando, arriscando-se diante da homofobia e mesmo assim o fazendo, é um dos maiores benefícios.

Para o entrevistado da AEGLBTS-SC, embora a ONG ainda não tenha analisado as conseqüências da Parada, que contou com cerca de 30 mil pessoas, segundo a organização, pode-se apontar alguns pontos positivos:

A questão da visibilidade na cidade. Florianópolis vivia até então em guetos. Pós-parada é perceptível algumas mudanças. Na mentalidade de algumas pessoas, por exemplo, que tinham um diálogo antes da parada e têm outro pós-parada. Então teve resultados sem dúvida nenhuma, coisas que talvez a gente nem consiga imaginar, mas a gente acredita que esses resultados tenham sido os mais positivos possíveis.

Para os contrários, as Paradas assumem um aspecto “carnavalesco” que impediria a politização do evento. Outras atividades como “beijaços”, saraus, são apontados por um de nossos entrevistados como algo mais frutífero. Para outra entrevistada, que se posiciona “nem a favor, nem contra”, seria mais interessante que as pessoas que participam das Paradas fizessem pressão junto a legisladores para conseguir direitos. Ela acredita que o número enorme de participantes seria uma força considerável de pressão.

Nossa intenção não é analisar a Parada da Diversidade de Florianópolis, ocorrida em julho de 2006. Porém, as falas dos nossos entrevistados são bastante contundentes e podem demonstrar como ocorrem as relações entre as ONGs que trabalham com Questões GLBTs em Santa Catarina. Isso fica mais claro com a fala do representante da AEGLBTS-SC, ONG organizadora da Parada de Florianópolis:

Aqui na capital, é lamentável, mas infelizmente a gente tem que falar isso. Porque enquanto as instituições não viram que este processo ia efetivamente dar certo, ninguém fez nada. Não por falta de convite, nós insistíamos muito para que todos participassem, tivesse representantes dentro das reuniões para constituir esse momento que foi o 9 de julho. Isso se fez 4 meses antes da Parada, chamamos para tomar realmente as principais decisões e dar cara para a parada. Tinha uma representante das travestis, gays tinha, mas não tinha das lésbicas por exemplo. Foi lamentável. Só realmente apareceram uma semana antes que já era para ter um espaço na casa (Casa da Diversidade), mesmo assim todos foram contemplados, todos se fizeram presentes, embora em cima da hora, o que é complicado.

Novamente percebemos o fator “desunião” sendo apontado, mesmo que de modo subjacente, como um dos problemas das iorganizações. Mesmo que algumas pessoas de outras ONGs que não da AEGLBTS-SC participassem, segundo nosso entrevistado “em cima da hora”, o comprometimento não foi completamente satisfatório, como ilustra a entrevista.

A AEGLBTS-SC é uma ONG que foi fundada com o objetivo principal de criar a Parada em Florianópolis. É um caso ilustrativo, pois demonstra como uma ONG é idealizada, com que finalidades e até mesmo as causas pelas quais é escolhido este formato institucional.

Questionada sobre os motivos para se constituir em ONG, a entrevistada da APROSVI nos diz:

Porque dentro de uma ONG há a possibilidade de trabalhar de uma forma direta. O grupo estará priorizando aquilo que é importante para o grupo. Uma ONG sempre é uma organização que não tem vínculo direto com nenhuma instância política, não tem uma relação direta com o governo, então por isso tem sua atitude de poder em determinados momentos de se posicionar de uma forma também de pressão. Pois se você está numa organização governamental ou dentro de uma empresa, tem a questão de você ser subordinado, ou pela questão moral, ou pela questão econômico-financeira. Então a pessoa não terá uma atitude 100%, pois a pessoa de alguma forma vai ter que perceber que ela tem superiores e que tem que seguir uma hierarquia. Numa ONG não. É um grupo de pessoas que destaca, que elege coisas que são importantes, relevantes. Num determinado momento uma luta que está em pauta, noutros podemos nos unir a outros grupos que estão sofrendo algum tipo de discriminação, algum tipo de problema.

Essa fala esclarece uma das causas para a escolha do formato ONG por essas instituições. Alguns entrevistados citaram o fato de ser o curso normal, quando se busca legalidade, legitimidade. Evitaria a possibilidade de transparecer interesses mesquinhos, de grupos muito pequenos.

Outra entrevistada, no entanto, diz que o aspecto positivo é que através da ONG pode-se tentar recursos para projetos através de concorrência, mas para os trabalhos de rua (principalmente prevenção) não faria diferença alguma.

A questão dos recursos é bastante complicada, servindo, inclusive de motivação para que alguns grupos não se constituam como ONGs. É o caso da LBL, única não-ONG do nosso trabalho e que também não tem intenção de sê-lo. A entrevistada da LBL explica os motivos pelos quais não se constituirão juridicamente como ONG:

Nós, como conjunto, não queremos ter esse lugar jurídico. Porque, na verdade, as entidades buscam esse lugar jurídico para buscar financiamento, porque não sendo isso, não há razão para ser jurídico. E a gente acha que essas buscas de financiamento, muitas vezes, atrelam a proposições dos financiadores. Então, a gente não quer esse atrelamento. Mas nós nos relacionamos muito bem, nós temos várias ONGs “fortes” dentro da Liga, “fortes” no sentido de contar com reconhecimento nacional.”

Embora a LBL não seja uma ONG, ela conta com o apoio de outras ONGs que são a ela filiadas para a realização de eventos e contar com o aparato jurídico.

As relações com os financiadores, quando há projetos envolvidos, são pautadas pelo estatuto da ONG. Segundo a entrevistada da APROSVI, as ONGs que não são éticas acabam no meio do caminho, principalmente aquelas que apenas buscam conveniência financeira:

O grupo está unido por seus direitos, por suas garantias, ou pelas garantias de vários segmentos vulneráveis, mas o grupo não pode distorcer conforme a maré dos financiadores.(...) Se não tivermos princípios acima de tudo, não tem o porquê de existir ONGs.

Outra entrevistada diz que o formato ONG porta a igualdade. Igualdade não apenas entre seus membros, mas diante da Justiça, novamente implicando em segurança.

Outro entrevistado fala sobre sua experiência trazida do movimento estudantil. Ele sabia que seria necessário se constituir formalmente, dentre outros fatores, para dar maior seriedade à instituição.

Os aspectos de legitimidade, legalidade e seriedade são bastante citados, porém parece que um outro fator está envolvido, como nos aponta a entrevistada da APROSVI:

Se tem o suporte da ONG, a ONG vai junto, a ONG acompanha. A pessoa não está mais sozinha. Se ela está sozinha ela pode desistir no meio do caminho, ou pode até nem dar o primeiro passo e se ela está com a ONG ela está com um grupo de pessoas, podemos preservar sua identidade, quando há a necessidade disso, podemos levantar uma bandeira de defesa sem expor ainda mais aquela pessoa.

Por mais que entre as ONGs a união seja questionável, ela não o é internamente. A possibilidade de agregar, de lutar por causas e principalmente de oferecer o apoio de um grupo de pessoas que objetivam os mesmos interesses, parece ser um dos grandes fatores explorados pelas ONGs.

Quanto aos limites dos trabalhos das ONGs, ou seja, se haveria uma “fronteira” até onde ela pode agir, também foram apontados nas entrevistas, como na da ADEH:

Tem papel nosso, da ONG e tem papel da OG¹¹ e a OG não faz esse papel e nós fazemos. No caso: Saúde Pública. O trabalho que nós fazemos de entregar preservativo na rua, quem deveria estar fazendo isso era a OG não nós, mas ela não faz. Uma menina que precise de internação, nós que providenciamos, sendo que a OG deveria fazer (...) eu não tenho que sair meia-noite da minha casa e ir para um hospital para internar uma travesti, ela deveria ir sozinha e não ter dificuldades para ela ser internada, ou ser maltratada pelos enfermeiros, tratada como homem, ser achincalhada por ser travesti.(...) A gente (ONG) acaba fazendo esse papel da OG. Isso porque se não fizermos não terá quem faça.

¹¹ ONG: Organização Não-Governamental/ OG: Organização Governamental

A ausência de políticas públicas implementadas pelas OGs (Órgãos Governamentais) é um dos principais aspectos citados, especialmente por parte das ONGs que trabalham mais estreitamente a preservação. No caso das ONGs que trabalham com as questões das transgêneros, mais especificamente, uma das grandes reclamações é o modo como as transgêneros são tratadas em hospitais, mas sobre esse aspecto voltaremos mais adiante.

Quanto ao limite entre ONG-OG, a entrevistada da APROSVI diz o seguinte:

Uma ONG sempre tem que ter elementos, bandeiras de luta e um grupo que esteja preocupado com aquela causa, com aquele fator que é relevante num determinado momento. A ONG tem que ter clareza que algumas coisas são da alçada do Governo. A ONG pode dar suporte, exercer projetos, pode ser um parceiro, mas não pode assumir todas as responsabilidades que Governo teria que estar fazendo. Então, não seremos meramente executores de projetos. Temos que fazer com que existam políticas públicas que, independentemente de trocarmos os governos, o acesso à saúde para todos os cidadãos, assim como para aqueles mais vulneráveis ou que sofrem discriminação, possam ser garantidas.

As ONGs acabam vivenciando uma tensão constante entre aquilo que elas se propõem a fazer e as carências que encontram diante de si. Esse aspecto se revela especialmente na iminência dos fatos, decorrência do trabalho de campo onde se mantêm contato com as situações mais adversas. Se não há políticas propiciando apoio e alguém está necessitando de auxílio imediato, fica-se dividido entre o auxílio ou abandono a própria sorte.

Todas as ONGs analisadas se opõem ao assistencialismo, algumas inclusive o repudiando por completo. Contudo, a maioria das ONGs disponibiliza (ou disponibilizou) apoio jurídico, psicológico e/ou encaminhamentos médicos. Especialmente aquelas com mais tempo de existência. O que implica, a primeira vista, numa tentativa das ONGs de possibilitar a população atendida condições dignas tanto para a reabilitação como para a luta em questões jurídicas, fortalecendo assim as possibilidades de empoderamento.

O trabalho na ONG, que muitas vezes ocupa a maior parte do dia de seus membros, ocasiona algumas situações interessantes, como a apontada pela entrevistada da ADEH:

Deveria ter um limite, mas quando começamos atuar como militante esquecemos até um pouco nossa vida particular e nos tornamos “militante 24 horas”. Um dos limites que deveria haver é a separação entre ser militante e não ser. Às vezes eu me deparo pensando “ah, será que as travestis minhas amigas não me acham chata?”

Essa é uma situação curiosa na vida de alguns militantes. Principalmente dentre aqueles que já possuem vários anos de experiência, chega-se a um momento em que há a necessidade de dar atenção a própria vida. Outro entrevistado da ADEH nos diz que após tantos anos de militância, ele permanece com os mesmos ideais, mas a noção de tempo é diferente na atualidade. Segundo ele, não é salutar viver apenas “no” movimento, salientando o quanto foi enriquecedor para ele, como pessoa, a militância, mas ele não soube dosar, ou em suas palavras: “Passa-se de militante para militonto”.

Esses aspectos, embora atinjam os integrantes de ONGs com maior tempo de existência, parecem não ter o mesmo significado para outros, como a entrevistada da ATBC, que aponta a falta de persistência como um limite para as ONGs:

Vai enquanto você tiver persistência. Tendo sensibilidade se alcança longe. E a ONG foi fundada para que não dependesse só dos governantes. A sociedade tem que reivindicar, mas trabalhar também.

A entrevistada da Arco-Íris aponta os movimentos sociais brasileiros e argentinos, como o MST – Movimento dos Sem-Terra e o CHA – Comunidad Homosexual Argentina, como exemplos de situações onde há persistência e grande força :

As pessoas quando se juntam, para uma causa específica, que geralmente é uma coisa imediata, adquire uma transcendência, uma espiral que produz crescimento e não se sabe até onde pode chegar.

Quando questionamos às ONGs sobre as oportunidades e possibilidades de participação nelas, bem como se há uma política de abertura da ONG para novos integrantes, não houve nenhuma resposta que excluísse essa possibilidade. Existe

sim oportunidade de participação em cada uma delas. Contudo, existem resistências e preferências quanto ao perfil do participante.

Para a ONG Arco-Íris, por exemplo, o perfil prioritário é o de pessoas com idéias e propostas concretas. Tem que ser uma pessoa sem preconceitos pois terá que lidar com situações que exigirão essa característica, principalmente quando for tratar com profissionais do sexo, usuários de drogas, etc. Para tanto é preciso um preparo prévio.

Esse é um dos problemas e restrições da ADEH. Se a militante (ou o militante) não for transgênero, a questão tem que ser analisada muito profundamente para se evitar que haja preconceito com o público.

A APROSVI é aberta para novos associados, em especial os profissionais do sexo. Mas de preferência que haja “ação” por parte do associado, que seja uma pessoa propositiva.

No caso da AEGLBTS-SC há uma abertura diferenciada para militantes e para empresas que pretendam apoiar a Parada.

No caso da LBL, a abertura é para mulheres e para entidades.

De um modo geral, são feitos convites para a participação em reuniões e outros eventos. Em alguns casos até em congressos em outras localidades.

Um fator que mereceu destaque em nossa pesquisa foi quando perguntamos a cada ONG (ou grupo, como no caso da Liga e da TRANSBLU), se gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros faziam parte da ONG. Nessa mesma questão, o objetivo era saber se a maioria dos trabalhos/projetos/objetivos da ONG seriam direcionados para GLBTs.

As ONGs Arco-Íris e APROSVI também foram questionadas do mesmo modo que as outras, porém, com menor ênfase pois não se tratam de ONGs que se propõem a se identificar como ONGs com questões GLBTs, primordialmente, pois a Arco-Íris atua mais nos presídios e com usuários de drogas e a APROSVI com os profissionais do sexo (embora contassem com trabalhos voltados GLBTs no passado).

Todas as ONGs contam (ou contaram) com GLBTs em sua organização, porém, não com todas as letras da sigla. Pode parecer, num primeiro momento, algo

infrutífero apontarmos esta aspecto, mas ela se tornou reveladora de um dos aspectos dessas organizações: por mais que haja uma abertura discursiva para todos os segmentos, existem preferências e/ou sérias restrições que implicam em segmentos “com privilégios”.

Nas ONGs Deusas da Noite, GATA-Tubarão, ATBC, ADEH e dos trabalhos da TRANSBLU, há a predominância e/ou exclusividade de transgêneros.

As ONGs AEGLBTS-SC, AGLBT-SC e AGADH têm uma proposta de abertura mais ampla para todos os segmentos da sigla GLBT.

A LBL é direcionada para lésbicas e mulheres bissexuais, sendo que há uma discussão interna se aceitarão ou não transgêneros. Neste caso, por exemplo, nossa entrevistada diz que “A Liga é uma liga de mulheres (...) não é a ABGLT que tem todas as letrinhas”.

Quando algumas ONGs se “fecham” mais para algum segmento, nota-se que um dos fatores possíveis para tanto seja a necessidade de criar e consolidar um espaço próprio de atuação e liberdade. O fato de primordialmente as ONGs onde predomina as “Questões Trans” e as “Questões Lésbicas” serem as mais restritas quanto a abertura, tem seu significado.

Uma das motivações alegadas, especialmente por algumas ONGs que lidam mais com “Questões Trans”, seria o fato de que haveria um “movimento gay” bem articulado e que a organização das transgêneros é nova. Neste caso, as ONGs que tratam “Questões Gays” já estariam adiante e teriam outro tipo de organização. É o que fica explícito na fala da entrevistada da ONG GATA-Tubarão:

Eu acredito que para nós que somos uma ONG com pouco tempo, não temos sede, não temos projetos financiados, acho que nós conseguimos muitas coisas. Se tivéssemos mais respaldo conseguiríamos muito mais. (...) Falta realmente investir nas ONGs que trabalham com Trans. Porque acho que movimento gay já tem seus marcos, já tem sua conquista, seu estabelecimento, sua política de inclusão, está muito mais fortalecido.

Com relação às lésbicas, em especial na LBL, transparece a idéia de que haveria problemas ligados ao machismo muitas vezes empreendido pelos gays contra as lésbicas. Este também seria um espaço de proteção e liberdade.

Em contrapartida, aquelas ONGs que se dispõem a abarcar o maior número possível de segmentos da sigla, acaba por conter mais gays, revelando assim, a inexistência de maior articulação entre os segmentos GLBTs.

A dificuldade de articulação é tal que muitas vezes um segmento militante desconhece o trabalho de outro segmento militante, como fica claro em uma de nossas entrevistas:

Em Santa Catarina eu não conheço um movimento que trabalhe especificamente com as lésbicas, eu desconheço. E em termos de Brasil, nos encontros que eu vou, muito pouco. Elas não estão presentes mesmo, você não verifica. Nos congressos que eu tenha ido, nos últimos tempos, desde que eu participo, nunca vi, assim fortalecidas algo que se possa dizer “nós temos uma ONG que trabalha especificamente com lésbicas”. Isto ficou muito no Movimento Feminista que a gente conhece, mas que não é por aí né?

Se podemos concluir que há pouca articulação entre os segmentos do “Movimento GLBT”, nos perguntamos se realmente “O Movimento” pode realmente englobar as quatro letras ou careceremos, a partir de agora, de diferenciarmos e não mais agregarmos academicamente “Movimento Gay”, “Movimento Lésbico” e “Movimento Transgênero”. Nessa possibilidade, o “B” sumiria, como o que ocorre na sigla “ABGLT” Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, onde o “B” não existe, da mesma forma na “ILGA” International Lesbian and Gay Association. A maior motivação para a não inclusão dos bissexuais seria o fato de poucos levantarem uma bandeira reivindicativa. Na maioria das vezes, os bissexuais são acusados de ficar “em cima do muro”, não se manifestar. Noutros casos, não menos comum, são acusados como “enrustidos”, ou seja, seriam gays ou lésbicas e que não se assumiriam.

Em nossas entrevistas não questionamos sobre a sexualidade de nossos entrevistados, embora, um tendo se posicionado como bissexual. Sobre a bissexualidade e sua relação com o movimento, nossos entrevistados não apresentaram restrições.

Diante do exposto sobre as “fraturas” entre os segmentos, questionamos nossos entrevistados qual seria (caso exista) o “elo” nas lutas GLBTs, ou seja, qual seria o fator que uniria “Gs”, “Ls”, “Bs” e “Ts”.

Para algumas ONGs, como a APROSVI, o elo seria o tripé preconceito-estigma-discriminação, pois todos da sigla GLBT passam por um desses três elementos, de um modo mais ou menos forte. Em alguns casos, pode ser o preconceito da sociedade, noutros, o preconceito individual. Disso podemos perceber que o empoderamento está diretamente relacionado com as questões relativas à exclusão e ao preconceito, passando invariavelmente pelo seu combate.

Para um dos entrevistados da ADEH, o estigma e o preconceito assumiriam caracteres específicos em cada segmento, mas seriam esses os principais fatores de ligação.

Para as ONGs Arco-Íris e AEGLBTS-SC, a exclusão seria o principal fator que serviria como elo, e, neste caso, como na fala da entrevistada da Arco-Íris: “Não é uma única questão que faz com que uma pessoa seja excluída”.

Na entrevista com a LBL, o elo entre os GLBTs seria:

A busca da cidadania plena é o que nos une a todos. Claro, cada um com sua especificidade, cada um com sua trajetória, mas acho que o que todo mundo quer é ser um cidadão respeitado e “poderoso”, no sentido de “poder fazer”.

Para que a cidadania plena seja alcançada, a maioria das ONGs se refere a necessidade de união, tanto de GLBTs como das ONGs que tratam de “Questões GLBTs”, para se alcançar este e outros objetivos. Como na fala do entrevistado da AGADH:

Se todas elas se unissem, não ficassem com aquela briga “a eu sou mais, ou sou menos” mas se unissem, acho que seria uma força bem grande. Porque existem muitas ONGs GLBTs no Brasil, se todas elas se reunissem muita coisa já teria sido resolvida e não haveria tanta mortalidade de homossexuais no Brasil.

A entrevistada da ATBC diz que a relação deve ser pautada pela solidariedade. Como há o preconceito e a discriminação para os GLBTs de um modo geral, este fator é que serve para que haja a possibilidade e a solidariedade entre todos, porque: “queira ou não queira dependemos um do outro”.

Muitas vezes a questão da união/desunião pode ser utilizada pelo “adversário” e a atuação de outros grupos, tidos como “minoritários” pode servir de exemplo para novas posturas e objetivos, como na fala da AEGLBTS-SC em referência à importância da luta no campo político e institucional:

O primeiro objetivo é se não conseguirmos a eleição de um simpatizante é lançar um candidato próprio pela instituição. Realmente, se notar no meio político, a gente entende, passa a entender que se a gente não tiver representação a gente não vai ter nada. A bancada evangélica tem os seus representantes (...) posso te dar um exemplo: nós também tivemos um projeto aprovado pelo governo do estado em 80 mil reais, quatro meses antes da parada, foi no momento em que saiu o governador que estava efetivo, Luiz Henrique para concorrer a reeleição e entrou o Eduardo Pinho e a partir do momento que entrou o Eduardo Pinho ele vetou todos os projetos, só estava aprovando para a região dele e muito pouca coisa. Nós ouvimos dos assessores deles coisas absurdas, homofóbicas mesmo, revoltantes como justificativa para não ser aprovado o projeto. Eu citei a bancada evangélica, eles tiveram a “Marcha para Jesus” poucos dias antes da parada, eles tiveram 280 mil reais aprovados pelo estado. Então uma prova que quando a gente tem representação a gente tem força política a gente faz alguma coisa acontecer.

A “força política” e a “representação” são elementos necessários para que as “Questões GLBTs” contem com a possibilidade de sua implementação. A pouca representatividade GLBT é atrelada à falta de união, um fator ao qual se recorre para tratar dos elos ou ausências “de” entre GLBTs, como verificamos na entrevista da AGLBT-SC:

União. Se todos da comunidade aderissem a essa palavra, as conquistas não seriam a tão duras penas. Por quê? Porque um povo unido jamais será vencido (...). Porque todas as guerras têm planos, estratégias. Têm baixas, mas não derrota. Se todos pensassem assim, talvez a gente conseguisse chegar ao Monte Castelo e colocar a bandeira do Arco Íris.

Essa mesma união citada pela entrevistada, por mais que seja um discurso recorrente para “ligar” os segmentos da sigla GLBT, explicando sua necessidade para se atingir objetivos, alcançar vitórias, também diz respeito à união invocada entre GLBTs e não-GLBTs. Neste instante, quando se discursa para “fora” do grupo,

a percepção de desunião interna dá espaço para o de união entre todos da sociedade, como cita a mesma entrevistada:

Quando eu falo da AGLBT, eu digo ali no plenário: Olha gente, quando eu falo assim, eu estou representando uma comunidade, mas não quero que pensem de “gays”, “lésbicas”, estou falando de seres humanos, que pagam impostos, tributos, têm seus direitos adquiridos mas eles querem mais, por que a sociedade oprime tanto? Vocês precisam de nós, tanto quanto nós precisamos de vocês. Vamos falar em termos matemáticos: União, um conjunto unitário. Nós estamos contidos em vocês. Vocês pensam que nós somos minoria, não somos minoria, somos um todo.

A relação entre GLBTs e a sociedade de um modo geral, principalmente pela questão do preconceito e da discriminação, é diferente na atualidade do que era no passado, como atestam as entrevistas. Percebe-se que, embora haja uma diminuição no nível de preconceito, há ainda muito trabalho a ser feito. Nesse sentido, todas as ONGs consultadas se propõem a lutar contra a discriminação e se disponibilizam a enfrentar a questão.

O nosso principal questionamento para as ONGs era, se, na percepção de seus membros, a ONG contribuía para que seu público alcançasse cidadania plena, ou seja, se a ONG desenvolvia meios que possibilitem o empoderamento, onde o sujeito assumiria sua autonomia, tornando-se “senhor” ou “senhora” de seu destino.

Todas as ONGs apontaram, cada uma a seu modo, que esse é um dos principais objetivos da ONG. Para algumas essa é uma questão complexa, e estaríamos longe do ideal, como na fala da AGLBT-SC: “Não chegamos ainda a isso. A luta é ferrenha, não é fácil (...)”.

Um dos objetivos primeiros da APROSVI é possibilitar que as pessoas conheçam os seus direitos, pois, segundo nossa entrevistada, a maioria desconhece seus direitos.

Muitas vezes, GLBTs sofriam agressões físicas da polícia, em especial as transgêneros. O número de relatos de abusos é bastante grande. Mas o conjunto de atitudes frente a situações como essa ocasionaram significativas mudanças e hoje a relação com a polícia é outra, segundo a entrevistada da APROSVI:

Bem melhor. Eu digo isso porque tenho marcas no corpo ainda. Pois na época em que eu trabalhava na rua fui muitas vezes agredida por policiais. Fui presa, raspam a minha cabeça. Eles colocavam as travestis de cueca na rua, de coturno, cabeça raspada e cara pintada. Algemadas e com um camburão do lado para que a sociedade visse que eram marginais.(...) Hoje em dia nós temos mais respeito porque nós exigimos também o nosso respeito.

O comportamento frente a situações de violência e outros abusos que, principalmente as ONGs que trabalham mais voltadas para transgêneros relatam, modificou-se muito após a intervenção das ONGs, como relata a mesma entrevistada:

Mas nesta questão, deve-se enfrentar o problema de frente, é não se intimidar. Sofreu qualquer agressão? Não precisa ser física, pode ser psicologicamente, procura um órgão público, vai a uma delegacia, faz um boletim de ocorrência, vai ao Ministério Público entregue isso aí, não deixe parado. Por que senão, eternamente eles (os homofóbicos) acham que nós ficamos com medo. Nós somos receosos realmente, mas não medrosos.

No caso da Capital, onde a ADEH é a principal ONG voltada para transgêneros, um de nossos entrevistados aponta a primazia da ONG na luta por direitos. Ao ponto de haver forte identificação entre as transgêneros e a ONG, que a chamam de “Associação”, indicando com isso um sentimento de pertencimento por parte das transgêneros:

A ADEH conseguiu impor respeito frente às instituições, no tocante às travestis. E isso fica muito evidente na relação com a Polícia Militar, que até praticamente o final da década de 1990 a perseguição era grande. Eu lembro, certa vez, quando estava fazendo campo, todas foram presas, porque uma havia brigado não sei onde aí leva todo mundo. Havia o medo de se posicionar. Então, tanto elas mudaram de atitude frente a essas situações, denunciam (...) essa foi uma mudança claramente produzida pela intervenção da ADEH no campo.

O “Projeto Luar”, desenvolvido pela ADEH, possibilitou os cursos de formação profissional para as transgêneros e se estendeu pelo interior do Estado de Santa Catarina, auxiliando na formação de novos grupos e ONGs.

Ao mesmo tempo, segundo outra entrevistada, a ADEH procura dar o máximo de liberdade para seu público: “Nós, a ONG, não podemos ser mãe delas. Nós temos que repassar informações para elas e nós estamos aqui para quando precisar de alguma coisa”.

As ONGs que trabalham mais voltadas para as transgêneros vivenciam situações bastante peculiares frente aos outros segmentos GLBTs. Desde a abertura de crediário numa loja, até a forma de tratamento recebido pela área médica. Questões simples, que envolvem às vezes apenas um prenome e que para muitos pouca importância teria, para elas é de grande significado. Significa reconhecimento por sua especificidade e respeito por essa mesma especificidade, como aponta a entrevistada da GATA-Tubarão:

É importante que sejamos identificadas como diferentes, sim, porque nós somos, sem dúvida, nós causamos uma diferença, mas que essa diferença não seja um pressuposto de preconceito, discriminação.

As especificidades das transgêneros são muitas vezes apontadas como um impeditivo para que se perceba nelas também a figura de uma cidadã, como diz a mesma entrevistada:

Se a sociedade não nos dá espaço como profissionais, imagina então como ONG? Eles não vão acreditar que as pessoas podem estar conscientes, lutando por uma causa. Volto a afirmar que não é para agora, é um trabalho de formiguinha, que futuramente será reconhecido. O que esperamos é isso, não só prevenção, mas cidadania mesmo. Seria o máximo, nós sermos vistas como cidadãs, não só como bundas, peitos ou prazer sexual, mas sermos vistas como pessoas, como seres humanos que acordam, que choram, que ri, que paga conta, que têm vontade de ficar sozinha, que tem vontade de ficar acompanhada, que tem vontade de botar salto alto, que coloca chinelinho quando tem vontade. É isso que as pessoas têm que compreender, nós somos como qualquer outra, nós não somos 24 horas “salto alto-batom-maquilagem”, nós gostamos disso sim, como todo ser humano, mas não queremos apenas isso, queremos também ser cidadãs. É a nossa luta, enquanto vivermos temos que batalhar por isso.

Há um forte incentivo por parte dessas ONGs para que as transgêneros voltem a estudar, de modo bastante acentuado na ONG GATA, onde a nossa entrevistada é transgênero e professora.

A AEGLBTS-SC aponta a contribuição e a busca pela cidadania plena como o objetivos principais da ONG. Tudo isso dentro de um trabalho paulatino, onde primeiramente se objetiva leis que busquem respaldar os GLBTs, depois questões como direitos a adoção e a direitos previdenciários. A realização da Parada, neste caso, é apontada como um elemento de empoderamento. Por mais que seja numa data específica, possibilita que muitos que sofrem discriminação consigam sair às ruas e se manifestar.

A LBL também aponta a luta por cidadania e autonomia como uma busca constante dentro do grupo:

Essa é a grande busca, com certeza. A autonomia e também a socialização do conhecimento é um fator fundamental para esse empoderamento. Hoje em dia informação é poder (...) então, temos buscado nos informar, trabalhar com pesquisas. As vezes, não a liga em si, mas pessoas da liga (...) isso empodera e dá condições de você decidir sobre seu destino.

5.3 O Empoderamento Mitigado

Para alguns autores, em especial Pierre Bourdieu e Judith Butler, muitas das atitudes tomadas pelos setores mais visíveis do Movimento GLBT guardam sérios problemas. Sobre as uniões civis, Judith Butler aponta:

A petição por direito ao casamento procura o reconhecimento do Estado das relações não-heterossexuais e, assim, configura o Estado como detentor de um direito que, na verdade, deveria conceder de maneira não discriminatória, independente de orientação sexual. (BUTLER, 2003, p. 224).

Para a autora, o envolvimento do Estado na questão, ou melhor o “desejar o desejo do Estado”, implica em transformar, amenizar, tranqüilizar tensões, ao invés da possibilidade de ocorrência de transformações profundas:

[...] parece que quando alguém deseja o “reconhecimento do Estado” para o casamento, e o que não se deseja quando se limita o escopo desse reconhecimento para os outros, são necessidades complexas. O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras. [...] Dessa maneira, o desejo por reconhecimento universal é um desejo de se tornar universal, de se tornar intercambiável na própria universalidade, de esvaziar a particularidade solitária da relação não-ratificada e, talvez, acima de tudo, de ganhar tanto o lugar como a santificação naquela relação imaginada com o Estado. Lugar e santificação: essas, com certeza, são fantasias poderosas e assumem

formas fantasmáticas particulares quando consideramos as propostas de casamento gay. (BUTLER, 2003, p.234).

Ou nos termos de Pierre Bourdieu sobre o Movimento:

Ele tem que exigir do Direito (que, como a palavra mesma diz, está parcialmente ligado ao *straight*...) um reconhecimento da particularidade, que implica sua anulação: tudo se passa, de fato, como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos e invisibilizados, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão à norma dominante. (BOURDIEU, 2002, p.146)

Durante a realização de nossas entrevistas a todos os entrevistados que foram questionados se havia apoio por parte da ONG a projetos que visassem união civil, direitos à adoção, etc, todos se posicionaram favoráveis, com exceção da representante de uma ONG, que ressaltou durante a entrevista estar dando uma opinião particular e não da ONG. Quanto à união civil ela se posiciona contrária porque haveriam outros direitos pelos quais se lutar. Quanto à adoção ela diz: “Sou absolutamente contra”.

Uma outra entrevistada, embora não se posicionasse contrariamente, nos disse: “se casamento fosse válido não precisava de duas testemunhas”. Já uma terceira entrevistada ressaltou a questão dos direitos passarem a ser assegurados com a união civil, mas critica a forma “como” proceder a união:

“O que eu não acho legal é uma travesti ir lá, ou uma drag queen e se vestir de noiva. Não é isso que nós queremos, nós queremos é que seja válida a união, para termos os mesmos direitos que os casais heterossexuais, mas não precisa se vestir de noiva e ir lá querer casar de noiva, isso eu já acho um pouquinho...”

Aqui, a crítica não se faz à união civil, e sim, ao fato de como, no exemplo, uma travesti ou uma drag queen se portariam, se vestiriam para a cerimônia. Percebe-se a crítica a possibilidade de reprodução de modelos já estabelecidos sobre “casamentos”.

Para essa mesma entrevistada, direito à adoção também é uma reivindicação importante para GLBTs:

Tem tanta criança por aí passando fome, tem tantos GLBTs com condições, com todas as condições psicológicas, financeiras, de cuidar, de adotar, que tem vontade de adotar, muitos casais GLBTs têm vontade de adotar e, as vezes, não é dado o direito porque eles acham que é uma influência, que influencia. Eu

acho que isso não quer dizer, porque na verdade, nós não somos filhos de homossexuais, nós somos filhos de heterossexuais, então é uma hipocrisia.

Neste caso, a justificativa primeira para a adoção por GLBTs seria o fato de muitas crianças passarem fome e não um direito conquistado pelo Movimento como “algo a mais”.

Para Bourdieu, o Movimento GLBT, em grande parte de suas lutas, busca agregar-se à ordem universal, sendo que, muito embora estigmatizados, possui indivíduos no movimento com forte capital cultural: “Este trabalho, os homossexuais estão particularmente armados para realizar: eles podem pôr a serviço do universalismo, sobretudo nas lutas subversivas, as vantagens ligadas ao particularismo.” (BOURDIEU, 2002, p.148).

A situação atual de determinadas lutas objetivadas por setores do Movimento GLBT, apresentam um impasse:

[...] de um lado, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de “desempoderamento” que frustram as próprias distinções entre as conseqüências psíquicas, culturais e materiais. De outro, a demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de hierarquia social, a uma renúncia apressada do campo sexual, e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento fornecidas e exigidas pela legitimação do Estado. (BUTLER, 2003, p.240).

Quando Nancy Fraser trata sobre os “remédios” afirmativos e os transformativos (FRASER, 2001), o caso dos GLBTs seria o de uma sexualidade menosprezada, ou seja, dentro do grande dilema entre redistribuição e reconhecimento trabalhado pela autora, os GLBTs seriam um típico caso de reconhecimento, e este reconhecimento poderia surgir através da implantação de duas propostas, uma afirmativa e outra transformativa. A proposta afirmativa, segundo Fraser, é relacionada às “políticas de identidade gay”, ou seja, propostas que valorizariam a identidade gay e lésbica, solidificando-se essa identidade. Já a proposta transformativa é associada a “política dos homossexuais”, um conjunto de ações que visam desconstruir dicotomias e modificar radicalmente o modo pelo qual a homossexualidade é percebida, ou seja, deixando de ser o “contrário” da heterossexualidade, mas as duas percebidas como possibilidades válidas num mundo de multiplicidades.

Ao analisar as relações entre a participação e as minorias e como contemplar as especificidades, a cientista política Céli Pinto diz que quando a inclusão ocorre (pelo sistema do tipo “cotas”, por exemplo) ela se faz a partir da reafirmação do condicionante da exclusão, levando a re-arranjos daqueles que já estavam incluídos. Numa última instância, para a autora, quando um “sujeito-grupo” é incluído, corresponderá em perda de poder para os incluídos anteriormente (PINTO, 2005).

A partir daqui algumas especificidades que percebemos no Movimento GLBT devem ser apresentadas: Em nenhum momento - até a atualidade - o Movimento GLBT reivindicou oficialmente políticas do tipo “cotas”, o que por si só o tornaria ímpar no quadro reivindicativo das chamadas “minorias”. Sugerimos, portanto, que alguns setores do Movimento GLBT (os mais atuantes), sejam percebidos a partir das idéias de “originalidade” e de “originalidade mitigada”.

O Movimento GLBT guarda aspectos de “originalidade mitigada” quando reivindica, por exemplo, direito ao casamento e à adoção. Trata-se de uma reivindicação original mitigada, na medida em que casar-se e adotar são direitos apenas de casais heterossexuais. Tendo essas reivindicações aceitas, os GLBTs passariam a poder exercer um direito que já existe, entretanto, até hoje, no caso do Brasil, apenas para casais heterossexuais. Passaria a ser original (casais gays, lésbicos), no entanto mitigado (esses direitos já existem para os heterossexuais).

Por seu turno, a “originalidade” propriamente dita do Movimento GLBT estaria no fato de ser percebido como um grupo reivindicatório de minoria, que busca inclusão e direitos que se diferencia das demandas de outras “minorias”, na medida em que o alcance de seus objetivos não resulta o previsto por Céli Pinto, ou seja: caso o Movimento GLBT consiga leis antidiscriminação, adoção, casamento, etc, não haverá um grupo anteriormente incluído que sofrerá perdas de direitos com esse resultado. As reivindicações GLBTs são sempre no sentido da ampliação dos Direitos Humanos e da Cidadania Liberal clássicos. Trata-se de reivindicações onde se busca sempre incluir um número maior de pessoas dentro do arcabouço de direitos já existentes (ou novos), nunca excluir.

Estes são aspectos que não são apontados, em especial por aqueles autores que se aproximam desta constatação. Para Bourdieu, o Movimento GLBT estaria atendendo um “chamado” à universalização, enquanto que, para Butler, isso faz com que o Movimento perca sua força, em específico frente ao Estado.

Não discordamos dos autores, porém, percebemos que o Movimento GLBT, a partir da nossa análise sobre sua “originalidade” e sua “originalidade mitigada”, está voltado muito mais para a universalização do que para qualquer outro aspecto. Não há motivações para “forçarmos” o Movimento numa tentativa de sempre o apresentarmos como “vanguardista”. Ele guarda em si elementos “calmantes”, nem sempre “revolucionários”. Portanto, não há motivações para creditarmos ao Movimento GLBT um “messianismo” ou a “utopia” da mudança radical.

Os objetivos do Movimento GLBT (que reiteramos serem os mais variados) se transformaram substancialmente nos últimos 50 anos. Novas formas de ação, novas práticas e até mesmo um novo modo de “se” interpretar foram se desenvolvendo ao longo dos últimos anos (TAQUES, 2005). Entretanto, com o seu aspecto “original”, se tornou movimento ímpar justamente pela proposição do alargamento da inclusão. Um alargamento sem um horizonte pré-definido que não seja a eliminação do preconceito e da discriminação.

O Movimento GLBT é, por si só, original, disso não temos dúvidas. Suas reivindicações são originais. Muito embora uniões civis existam, é original que se queira que pessoas do mesmo sexo possam acessá-la. Embora a adoção seja uma figura jurídica existente, é original que se queira estendê-la a casais não monogâmicos. No entanto, trata-se de uma “originalidade mitigada”, haja vista os direitos já existirem, mas não para todos.

A inserção do “todos” no acesso a direitos é que é a grande “originalidade” do Movimento GLBT, é isso que o torna único, na medida em que não exclui, mas sempre suas reivindicações incluem o maior número possível de beneficiados, sem para isso criar privilégios para si em detrimento de outrem. Trata-se, portanto, de um movimento de caráter universalizante.

Diante deste quadro, sugerimos que, a partir da idéia de “originalidade” e “originalidade mitigada”, estaríamos também diante de um “empoderamento mitigado”. O “empoderamento mitigado”, em nossa compreensão, está diretamente relacionado com a dimensão da “originalidade”. Na medida em que a “originalidade” do Movimento GLBT se instaura, ela enfraquece a capacidade de afronta, choque e confronto entre o Movimento GLBT e seus adversários ocasionais (adversários momentâneos, não inimigos), sejam eles a Sociedade ou o Estado.

Notemos que tanto a Sociedade como o Estado são objeto de confronto e de desejo, portanto, adversários em alguns instantes, aliados noutros. A sociedade é

adversária através da ação dos homofóbicos, o Estado quando reprime manifestações de afeto ou quando nega direitos. Mas ambos podem (e muitas vezes assim se posicionam) ser aliados importantes. A sociedade é aliada quando participa de atividades GLBTs, quando apóia suas reivindicações. O Estado é aliado via incentivos financeiros, elaboração e implementação de leis que favoreçam GLBTs.

Assim, a relação entre Movimento GLBT e empoderamento deve ser vista de forma complexa, ambígua e incompleta. Empoderar significa resistir e lutar. Significa estabelecer relações com diferentes sujeitos tendo como alvo a conquista de direitos e a mudança nos padrões de representação social. Embora com muitos limites e desafios, as ONGs analisadas, ao lutarem contra a desigualdade e a exclusão, ao defenderem a autonomia perante as instituições estatais e ao reconhecerem a importância da participação política, mesmo que de forma mitigada (o que já é muito) empoderam parte significativa da população que, de outra forma, permaneceria no “campo da exclusão”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho, por hora, aqui se encerra. Procuramos apresentar as ONGs catarinenses que trabalham com “Questões GLBTs” bem como apresentar também as suas ações e peculiaridades.

Buscamos seguir nosso trabalho levando sempre em consideração a fala das ONGs, suas proposições e bandeiras de luta. Evidentemente não ignoramos os empecilhos para que seus ideais possam se realizar, tampouco ignoramos a humanidade de seus agentes, afinal, poucos são aqueles que podem direcionar todo o seu tempo para o trabalho na ONG.

As ONGs analisadas, por mais que possuam dificuldades (algumas) de relacionamentos com as outras dentro de Santa Catarina, demonstram não ter a mesma dificuldade quando se trata de relações interestaduais e até mesmo internacionais. Agregam e agem em rede quando dispostas. Contudo, demonstram que o “local” é um espaço difícil para encontros. Se não há choques, aparenta sê-lo pela não ocorrência do encontro.

Procuramos demonstrar através de nossa análise, que o conceito de empoderamento é bastante elástico e propusemos um novo olhar sobre a questão. Se o empoderamento ideal é dificultoso (quicá impossível), como podemos perceber, as ONGs locais praticam um “empoderamento mitigado” onde há a busca por cidadania e luta por direitos, ancoradas sempre nos exemplos de ativismo do passado, mas bastante conscientes das dificuldades do presente.

As ONGs são atuantes num nível micro e essa talvez seja sua maior e melhor qualidade (IORIO, 2002), possibilitando assim que se possa identificar no local a reverberação de discursos mundializados e vice-versa.

O Movimento GLBT, como aqui apresentado, traz como sua característica primeira a sua capacidade agregadora, sua capacidade de ser um movimento que procura integrar o máximo possível de indivíduos numa sociedade múltipla e pluralizada. Mesmo que essa potencialidade agregadora implique muitas vezes em afastamentos momentâneos de outras ONGs, de um modo geral, percebe-se que o ideal maior agrega para além do imaginado.

Se para alguns, o Movimento GLBT deveria ser mais aguerrido, inovar mais, acreditamos que essas idéias contêm elementos atrelados muitas vezes a um ideal de “messianismo” e esse novo “ator-especial” poderia ser o Movimento GLBT.

Na realidade, o Movimento GLBT é inovador ao trazer para o campo dos direitos o maior número de pessoas e perde sua inovação quando aceita o modelo previamente prescrito. Tais atitudes, longe de marcarem o Movimento como algo débil, o caracterizam como agente da universalização cidadã, talvez um dos últimos lampejos do Iluminismo buscando se realizar em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia. Los Feminismos Latino Americanos se Globalizan en los Noventa: Retos para un Nuevo Milenio, 1997. (paper)

BENEDETTI, Marcos Renato. A calçada das máscaras. In: GOLIN, Célio & WEILER, Gustavo (Org.). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 140-152.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. Lembranças Passadas a Limpo: A Homossexualidade Masculina em São Paulo. In: GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). Homossexualismo em São Paulo e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.215-239.

BÍBLIA: Mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, s.d.

BIRMAN, Joel. A Sexualidade Entre o Mal e as Maledicências. In: LOYOLA, Maria Andréa. (Org.). AIDS e Sexualidade: O Ponto de Vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.109 – 115.

BOZON, MICHEL. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. In: Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp, 2003. p. 219-260.

_____. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLOGNESE, Silvio Antonio & MÉLO, José Luiz Bica. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta & CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.) Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 31p, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerostismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

_____. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 63-89.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2003.

_____. Microfísica do Poder. São Paulo. Graal, 2006.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P. 231-249, 1995.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). Democracia Hoje. Brasília: UNB, 2001. p. 245-282.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo; Brasiliense, 1983.

GOHN, Maria da Glória (org). Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GREEN, James N. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. In: Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp, 2003. p. 261-280.

_____. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, 1998.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, Vozes, 1997

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? In: Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. (org) SILVA, Tomaz Tadeu. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina Maria (Orgs.).

Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.

HOUTZAGER, Peter & LAVALLE, Adrian & ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. IN: AVRITZER, Leonardo (org.). A Participação em São Paulo. São Paulo: UNESP, 2004. p. 257-322.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. IN: HADDAD, Sérgio (org). ONGs e Universidade: Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÜCHMANN, Lígia helena Hahn & Sousa, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade. N. 84, p.91-117, nov. 2005.

MACRAE, Edward. A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas: UNICAMP, 1990.

MELLO, Luiz. Novas Famílias: Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELUCCI, Alberto. A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MOTT, Luiz. Crônicas de um gay assumido. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOUFFE, Chantal. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. Por uma política da identidade nômade. Debate Feminista. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria & CARRARA, Sérgio (Orgs). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PINTO, C. M. Espaços deliberativos e a questão da representação. RBCS, vol. 19, n. 54, p. 97-116. 2005.

POLLAK, Michael. Os Homossexuais e a AIDS: Sociologia de uma Epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Capital Social, Empoderamento e Políticas Públicas no Brasil., In: BAQUERO, Marcelo (org.). Condição humana e modernidade no Cone Sul. Florianópolis:Cidade Futura, 2003. p. 173-208.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em Cena...e as teorias por onde andam. Cadernos de Pesquisa, n 15, outubro de 1998

_____. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. Texto, 2003.

_____. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado. Brasília: vol. 21, n. 1, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse & LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 11-33. UFSC: Cidade Futura, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse & ROSSIAUD, Jean. Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

SILVA, Hélio R. S. Travesti: A invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. Sair do armário e entrar na gaveta. In: GOLIN, Célio & WEILER, Gustavo (Org.). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 133-139.

SORJ, Bernardo. Relações Norte-Sul entre Sociedades Civas: ONGS e Dependência. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Texto, 2005.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TAQUES, Fernando José. Movimento GLBT em Florianópolis: O Caso das ONGs. (TCC). Florianópolis: UFSC, 2005.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

TERRA, Ernani. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

TERTO-JR., Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 90-104.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VILLACORTA, Alberto & RODRIGUEZ, Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45 – 66.

SITES PESQUISADOS

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros(ABGLT).
<http://www.abglit.org.br>

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB): <http://www.ieab.org.br>

International Lesbian and Gay Association (ILGA): <http://www.ilga.org>

Mix Brasil: <http://www.mixbrasil.com.br>